

RCPG 2022

Relatório Contábil de
Propósitos Gerais da UFGD

Demonstrações Contábeis
Consolidadas da UFGD



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

PORTAL.UFGD.EDU.BR

RELAÇÃO DOS DIRIGENTES

Jones Dari Goettert
Reitor

Cláudia Gonçalves de Lima
Vice-Reitora

Etienne Biasotto
Pró-Reitor de Avaliação Institucional e Planejamento

Maria de Lourdes dos Santos
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Seila Rojas de Souza
Pró-Reitora de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa

Lívia Gussoni Basile
Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Andressa Cecília Almeida Bacheга Casari
Pró-Reitora de Administração

Marcelo Matias de Almeida
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Fabiano Coelho
Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Estudantis

Munir Mauad
Prefeito Universitário

Diretora: Carla Cristina Oliveira de Ávila
Vice-Diretor: Marcos Lucio de Sousa Gois
Faculdade de Comunicação, Artes e Letras

Diretora: Jane Correia Alves Mendonça
Vice-Diretor: Enrique Duarte Romero
Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia

Diretora: Juliana Maria da Silva Lima
Vice-Diretora: Rosana de Fátima Janes Constâncio
Faculdade de Educação à Distância

Diretor: Sidnei Azevedo de Souza
Vice-Diretor: Eliandro Faoro
Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia

Diretor: Hermes Moreira Junior
Vice-Diretor: Alaerte Antonio Martelli Contini
Faculdade de Direito e Relações Internacionais

Diretora: Maria Alice de Miranda Aranda
Vice-Diretor: Gustavo Levandoski
Faculdade de Educação

Diretor: Gerson Bessa Gibelli
Vice-Diretor: Augusto Salomão Bornschlegell
Faculdade de Engenharia

Diretor: Guilherme Augusto Biscaro
Vice-Diretor: Alexandre Rodrigo Mendes Fernandes
Faculdade de Ciências Agrárias

Diretor: Fabiano Antunes
Vice-Diretora: Marcia Regina Russo
Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais

Diretora: Marisa de Fátima Lomba de Farias
Vice-Diretor: Conrado Neves Sathler
Faculdade de Ciências Humanas

Diretora: Silvia Aparecida Oesterreich
Vice-Diretor: Emerson Henklain Ferruzzi
Faculdade de Ciências da Saúde

Diretor: Eliel Benites
Vice-Diretora: Walter Roberto Marschner
Faculdade Intercultural Indígena

Diretor: Hermes Moreira Junior
Vice-Diretor: Alaerte Antonio Martelli Contini
Faculdade de Direito e Relações Internacionais

Diretora: Maria Alice de Miranda Aranda
Vice-Diretor: Gustavo Levandoski
Faculdade de Educação

Diretor: Gerson Bessa Gibelli
Vice-Diretor: Augusto Salomão Bornschlegell
Faculdade de Engenharia

Diretor: Guilherme Augusto Biscaro
Vice-Diretor: Alexandre Rodrigo Mendes Fernandes
Faculdade de Ciências Agrárias

Diretor: Fabiano Antunes
Vice-Diretora: Marcia Regina Russo
Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais

Diretora: Marisa de Fátima Lomba de Farias
Vice-Diretor: Conrado Neves Sathler
Faculdade de Ciências Humanas

Diretora: Silvia Aparecida Oesterreich
Vice-Diretor: Emerson Henklain Ferruzzi
Faculdade de Ciências da Saúde

Diretor: Eliel Benites
Vice-Diretora: Walter Roberto Marschner
Faculdade Intercultural Indígena

Elaboração e Organização do Relatório Contábil

Divisão de Contabilidade

Sandra Fernandes
Fernanda de Oliveira Calisto
Helena de Lima Krauss Leite
Marcia Tomoko Sogame Carrijo
Micheli Luani Pereira
Robson Benedito Farias

Colaboração

Anderson Carlos dos Santos Barbosa

Arte Visual da Capa

Assessoria de Comunicação Social

Lista de Siglas e Abreviações

ACS	Assessoria de Comunicação Social e Relações Públicas
Acum.	Acumulada
AFAC	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital
AGESUL	Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos
AGU	Advocacia-Geral da União
AH	Análise Horizontal
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Humana
Assist.	Assistenciais
AUDIN	Auditoria Interna
AV	Análise Vertical
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CAAC	Coordenadoria de Assuntos Acadêmicos
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPP	Coordenadoria de Administração e Planejamento de Pessoal
CCOMP	Coordenadoria de Compras
CCONT	Coordenação-Geral de Contabilidade da União
CEPEC	Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CME	Central de Materiais Esterilizáveis
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
COAE	Coordenadoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
COC	Coordenadoria de Cultura
CODAS	Coordenadoria de Desenvolvimento e Assistência ao Servidor
COEX	Coordenadoria de Extensão
COFIC	Coordenadoria de Formação e Integração Comunitária
COFIN	Coordenação Geral de Planejamento e Programação Financeira
COGESP	Coordenadoria de Gestão Patrimonial
COGRAD	Coordenadoria de Ensino de Graduação
COIN	Coordenadoria de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação
Const.	Constituição
COOF	Coordenadoria de Gestão e Recursos Orçamentários e Financeiros

COORD.	Coordenadoria
COPG	Coordenadoria de Pós-Graduação
COPLAN	Coordenadoria de Planejamento
COPQ	Coordenadoria de Pesquisa
COUNI	Conselho Universitário
CRC/MS	Conselho Regional de Contabilidade do Mato Grosso do Sul
CRLD	Central de Regulação de Leitos de Dourados
CS	Contribuição Social
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Depr.	Depreciação
DFC	Demonstração de Fluxo de Caixa
DICON	Divisão de Contabilidade
DIPLAN	Divisão de Planejamento
PMD	Prefeitura Municipal de Dourados
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DNIT	Departamento nacional de Infraestrutura de Transportes
Dot.	Dotação
DOU	Diário Oficial da União
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
EAD	Faculdade de Educação à Distância
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Eireli	Empresa Individual de Responsabilidade Limitada
Emp.	Empenhada
Enap	Escola Nacional de Administração Pública
Equipam.	Equipamentos
ESAI	Escritório de Assuntos Internacionais
FACALE	Faculdade de Comunicação, Artes e Letras
FACE	Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia
FACET	Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologias
FADIR	Faculdade de Direito e Relações Internacionais
FAECA	Fazenda Experimental de Ciências Agrárias
FAED	Faculdade de Educação
FAEN	Faculdade de Engenharia
FAIND	Faculdade Intercultural Indígena
FCA	Faculdade de Ciências Agrárias
FCBA	Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais
FCH	Faculdade de Ciências Humanas

FCS	Faculdade de Ciências da Saúde
FUNAEPE	Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
HU/UFGD	Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
ICGD	Individualização de Contratos da Unidade Gestora UFGD
IR	Imposto de Renda
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
Ltda	Sociedade Empresária Limitada
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MDH	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
MEC	Ministério da Educação
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NBC TSP	Normas Técnicas Aplicáveis ao Setor Público
NE	Nota Explicativa
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Pag.	Pagar
Patr.	Patrimoniais
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDE	Plano Diretor Estratégico
PIPCP	Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais
PRAD	Pró-Reitoria de Administração
Previd.	Previdenciárias
PROAE	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
PROAP	Pró-Reitoria de Avaliação Institucional e Planejamento
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROGESP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROGRAD	Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
PROPP	Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa
Realiz.	Realização
Res.	Reserva
RCPG	Relatório Contábil de Propósito Geral
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RGPS	Regime Geral da Previdência Social
RMA	Relatório de Movimentação de Almoxarifado
RMB	Relatório de Movimentação de Bens Móveis

RP	Restos a pagar
RPA	Serviço de Recuperação Pós Anestésica
RPPS	Regime Próprio da Previdência Social
RPV	Requisições de Pequeno Valor
SEMS	Secretaria Municipal de Saúde
SES	Secretaria de Estado de Saúde
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
SISREG	Sistema Nacional de Regulação
SOC	Secretaria dos Órgãos Colegiados
SPIUnet	Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUS	Sistema Único de Saúde
TED	Termo de Execução Descentralizada
TCU	Tribunal de Contas da União
Trabalh.	Trabalhistas
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFGD	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNIGRAN	Centro Universitário da Grande Dourados
UG	Unidade Gestora
UCI	Unidade de Cuidados Intensivos
UTI	Unidade de Terapia Intensiva
Vend.	Vendidos
VPA	Varição Patrimonial Aumentativa
VPD	Varição Patrimonial Diminutiva

Índice de tabelas

Tabela 1 - Caixa e Equivalente de Caixa.....	50
Tabela 2 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Composição.....	51
Tabela 3 - Estoques - Composição.....	52
Tabela 4 - Imobilizado - Composição.....	53
Tabela 5 - Bens Móveis - Composição.....	53
Tabela 6 - Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas – Composição.....	54
Tabela 7 - Bens Imóveis - Composição.....	55
Tabela 8 - Bens de Uso Especial – Composição.....	57
Tabela 9 - Intangível – Composição.....	58
Tabela 10 - Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.....	59
Tabela 11 - Fornecedores e Contas a Pagar – Unidade Gestora Contratante.....	59
Tabela 12 - Fornecedores e Contas a Pagar - Por Fornecedor.....	59
Tabela 13 - Demais Obrigações a Curto Prazo – Composição.....	60
Tabela 14 - Obrigações Contratuais - Composição.....	61
Tabela 15 - Obrigações Contratuais - Por Unidade Gestora Contratante.....	62
Tabela 16 - Obrigações Contratuais - Por Contratado.....	62
Tabela 17 - Resultado Patrimonial.....	64
Tabela 18 - Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas.....	64
Tabela 19 - Composição das Transferências e Delegações Recebidas.....	65
Tabela 20 - Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas.....	66
Tabela 21 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos.....	67
Tabela 22 - Receitas e Despesas por Categoria Econômica.....	68
Tabela 23 - Receitas Realizadas - Categoria Econômica.....	69
Tabela 24 - Receitas Correntes Realizadas - Composição.....	69
Tabela 25 - Despesas Fixadas e Empenhadas por Grupo - Composição.....	70
Tabela 26 - Descentralizações Recebidas.....	71
Tabela 27 - Restos a Pagar - Composição.....	72
Tabela 28 - Restos a Pagar – Execução por Ano.....	73
Tabela 29 - Total de Ingressos.....	75
Tabela 30 - Total de Dispêndios.....	76
Tabela 31 - Resultado Financeiro - Metodologia 1.....	76
Tabela 32 - Resultado Financeiro - Metodologia 2.....	77
Tabela 33 - Resultado Financeiro BF x DFC.....	78

Tabela 34 - Atividades DFC.....	78
Tabela 35 - Atividades Operacionais – Composição dos Principais Ingressos.....	79
Tabela 36 - Atividades Operacionais – Composição dos Principais Dispêndios.....	79
Tabela 37 - Atividades de Investimento DFC.....	80

Sumário

Apresentação.....	14
Avanços.....	15
Ressalvas.....	16
Declaração do Contador.....	17
Contextualização.....	18
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (FUGD).....	18
Hospital Universitário (HU/UFGD).....	19
Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade.....	23
UFGD.....	23
HU/UFGD.....	24
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DA UFGD.....	26
Balanço Patrimonial.....	27
Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.....	28
Quadro das Contas de Compensação.....	28
Quadro do Superavit / Deficit Financeiros.....	29
Demonstração das Variações Patrimoniais.....	30
Balanço Orçamentário.....	33
Execução dos Restos a Pagar não Processados.....	35
Execução Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados.....	36
Balanço Financeiro.....	37
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	41
Notas Explicativas.....	43
1 – Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis.....	43
2 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis.....	43
2.1 – Conta Única do Governo Federal.....	44
2.2 – Ajustes de Exercícios Anteriores.....	44
2.3 – Recursos orçamentários x recursos financeiros.....	44
2.4 – Restos a Pagar.....	45
3 – Detalhamento dos critérios contábeis adotados na administração pública federal.....	45
(a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras.....	45
(b) Caixa e equivalentes de caixa.....	46
(c) Créditos a curto prazo.....	46
(d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo.....	46
(e) Estoques.....	46
(f) Ativo realizável a longo prazo.....	46
(g) Imobilizado.....	46

(h) Intangível.....	47
(i) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis.....	47
(j) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet.....	47
(k) Passivos circulantes e não circulantes.....	47
(l) Provisões.....	48
(m) Ativos e passivos contingentes.....	48
(n) Apuração do resultado.....	48
(n.1) Resultado patrimonial.....	48
(n.2) Resultado orçamentário.....	49
(n.3) Resultado financeiro.....	49
4 – Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial.....	50
NE 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa.....	50
NE 02 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.....	51
NE 03 – Estoques.....	52
NE 04 – Imobilizado.....	52
Bens Móveis.....	53
Bens Imóveis.....	55
NE 05 – Intangível.....	58
NE 06 – Fornecedores e Contas a Pagar.....	59
NE 07 – Demais Obrigações a Curto Prazo.....	60
NE 08 – Precatórios.....	61
NE 09 – Obrigações Contratuais.....	61
5 – Notas Explicativas à Demonstração das Variações Patrimoniais.....	64
NE 10 – Resultado Patrimonial do Período.....	64
NE 11 – Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas.....	64
NE 12 – Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas.....	66
6 – Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário.....	68
NE 13 – Receitas.....	68
NE 14 – Despesas.....	70
NE 15 – Execução Orçamentária dos Restos a Pagar.....	72
7 – Notas Explicativas ao Balanço Financeiro.....	75
NE 16 – Ingressos.....	75
NE 17 – Dispêndios.....	75
8 – Notas Explicativas à Demonstração de Fluxo de Caixa.....	78
NE 18 – Evolução da Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	78
NE 19 – Atividades Operacionais – Composição dos Ingressos.....	78
NE 20 – Atividades Operacionais – Dispêndios.....	79
NE 21 – Atividades de Investimento.....	80
NE 22 – Atividades de Financiamento.....	81
Glossário.....	82

Apresentação

O Relatório Contábil de Propósito Geral (RCPG) é um relatório contábil elaborado, por recomendação do Tribunal de Contas da União, para atender às necessidades dos usuários em geral. O RCPG é componente central da transparência da informação contábil dos governos e de outras entidades do setor público, aprimorando-a e favorecendo-a.

O Relatório Contábil de Propósito Geral abrange as demonstrações contábeis, incluindo suas notas explicativas e informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.

O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil estão relacionados ao fornecimento de informações úteis sobre a entidade do setor público, voltadas para os usuários do RCPG para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e para subsidiar os processos decisórios.

O Sistema de Contabilidade Federal é composto pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, como órgão central e pelos órgãos setoriais. Os órgãos setoriais são as unidades de gestão responsáveis pelo acompanhamento contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

A Divisão de Contabilidade (DICON) compõe a estrutura da Coordenadoria de Gestão e Recursos Orçamentários e Financeiros (COOF), da Pró-Reitoria de Avaliação Institucional e Planejamento (PROAP) e exerce a competência de setorial contábil de órgão.

A Setorial Contábil de Órgão da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) é composta pelas Setoriais Contábeis de Unidades Gestoras: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados e Hospital Universitário (HU/UFGD), estando subordinada à Setorial Contábil de Órgão Superior do Ministério da Educação (MEC). Os órgãos setoriais estão sujeitos às orientações normativas e à supervisão do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada pela DICON, de acordo com os procedimentos descritos no Manual Siafi. É um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Siafi, sistema do Governo Federal onde são executados os atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Conforme exposto, o Relatório Contábil de Propósito Geral, elaborado pela Divisão de Contabilidade, da Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira, da Pró-Reitoria de Avaliação Institucional e Planejamento, apresenta a Declaração da Contadora Responsável, faz uma breve contextualização das Unidades Gestoras UFGD e HU/UFGD, apresenta as Demonstrações Contábeis Consolidadas da UFGD, com informações das Unidades Gestoras UFGD e HU/UFGD e as Notas Explicativas dos itens mais relevantes.

As Demonstrações Contábeis da UFGD são as seguintes:

- Balanço Patrimonial – evidencia os ativos e passivos do UFGD;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas);
- Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada;
- Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – divulga as variações do patrimônio líquido, bem como sua evolução no período.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os dispositivos da Lei 4.320/64, da Lei Complementar 101/2000 – LRF, das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª edição – MCASP e do Manual SIAFI.

Avanços

Cabe ressaltar que, no exercício de 2022, obteve-se avanços na qualidade das informações contábeis da UFGD, dentre elas destacam-se as seguintes:

- Regularização da conta Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada;
- Constituição de comissão para regularização da conta Execução de Obrigações Contratuais na Unidade Gestora UFGD e finalização dos trabalhos possibilitando refletir com fidedignidade a situação da Unidade Gestora UFGD;
- Foram iniciadas as tratativas para regularização das contas Fianças a Executar e Apólices de Seguros a Executar, da Unidade Gestora UFGD, para verificação de possíveis saldos alongados, com previsão de término dos trabalhos em 2023;
- Foram iniciadas as tratativas para a realização da mensuração, reconhecimento e evidenciação dos estoques da produção da Fazenda Experimental da UFGD, com previsão de término no ano de 2023;
- Foram iniciadas tratativas junto aos órgãos concedentes dos Termos de Execução Descentralizada (TED), para a regularização dos possíveis saldos alongados da conta Transferências Financeiras a Comprovar – TED, com previsão de término no ano de 2023;

- A Superintendência de Patrimônio da União (SPU) realizou a reavaliação dos bens imóveis urbanos da UFGD no ano de 2021. Assim foi possível a realização das baixas das obras concluídas, restando na conta Obras em Andamento apenas os saldos das obras não finalizadas. Com o processo de reavaliação também foi possível a regularização dos saldos das contas Instalações e Benfeitorias em Propriedade de Terceiros. Entretanto, por questões técnicas, não foram realizadas a reavaliação dos imóveis rurais.

Ressalvas

Apesar dos avanços e, considerando a complexidade das atividades, cujos levantamentos muitas vezes datam da implantação da UFGD, ainda existem ressalvas às demonstrações contábeis, conforme elencamos a seguir:

- As contas Fianças a Executar e Apólices de Seguros a Executar, da Unidade Gestora UFGD, possuem saldos alongados, porém tratativas estão sendo realizadas com o setor responsável para análise e regularização, caso necessária;
- Existem bens móveis registrados como inservíveis aguardando procedimentos de desfazimento na Unidade Gestora HU/UFGD;
- Existem pendências, entre as informações constantes no Sistema de Gestão Patrimonial e no Siafi, a serem regularizadas nas seguintes contas: a) Coleções e Materiais Bibliográficos e b) Material de Uso Duradouro, ambas da Unidade Gestora UFGD. Tratativas para regularização estão sendo realizadas entre os setores de Gestão Patrimonial e Biblioteca;
- Falta de avaliação de bens móveis, imóveis rurais e intangíveis, na Unidade Gestora UFGD e avaliação de bens móveis na Unidade Gestora do HU/UFGD, impossibilitando o conhecimento do real valor do patrimônio;
- Falta de registro da depreciação dos bens móveis, na Unidade Gestora UFGD. Aguarda-se a migração dos dados para o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (Siads) para realização da implantação da depreciação na Unidade Gestora UFGD;
- Existem bens móveis registrados como não localizados no inventário realizado pela Unidade Gestora UFGD, aguardando implantação da depreciação para a transferência para a conta Bens Não Localizados;
- A conta Convênios e Instrumentos Congêneres possuem saldos de longa data que precisam de análise e baixa, se for o caso;
- Saldo alongado na conta Transferências Financeiras a Comprovar – TED, influenciando negativamente a apuração do Resultado Patrimonial do período. Entretanto, estão sendo realizadas tratativas entre a UFGD e unidades concedentes para regularização;

- Falta mensuração, reconhecimento e evidenciação dos estoques da produção da Fazenda Experimental da UFGD, porém tratativas foram iniciadas junto ao setor responsável.

Declaração do Contador

Esta declaração se refere às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2022, da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxo de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2022, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, **exceto no tocante as ressalvas apontadas.**

Dourados-MS, 31 de janeiro de 2023.

Sandra Fernandes

CRC/MS nº 008578/O-0

Contadora Responsável da Universidade Federal da Grande Dourados

[Voltar ao Sumário](#)

Contextualização

Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (FUGD)

A Fundação Universidade Federal da Grande Dourados foi instituída através da Lei n.º 11.153, de 29 de julho de 2005, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade, pautada na democracia e justiça social, além de ser um instrumento social e político-institucional para enfrentar os desafios da educação superior brasileira, quanto ao desenvolvimento de sua economia, de sua cultura, das políticas públicas, das relações sociais e de preservação do meio ambiente para melhoria da qualidade de vida da população. Para tal, busca ofertar serviços de qualidade que correspondam às aspirações da comunidade, de acordo com sua missão que é:

Gerar, construir, sistematizar, inovar e socializar conhecimentos, saberes e valores, por meio do ensino, pesquisa e extensão de excelência, formando profissionais e cidadãos capazes de transformar a sociedade no sentido de promover desenvolvimento sustentável com democracia e justiça social.

Destaca-se ainda, que a UFGD tem estabelecido compromissos sociais importantes, pensando na atual questão ambiental, seguindo os princípios de cidadania, ética e do respeito às diferenças, de modo a valorizar o ser humano e o ambiente em que se encontra, indo ao encontro com o que foi estabelecido pela Instituição como visão de futuro, ou seja, “ser uma instituição reconhecida nacional e internacionalmente pela excelência na produção do conhecimento e por sua filosofia humanista e democrática”.

A Instituição desenvolve pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento promovendo o ensino, a cultura, a produção científica e tecnológica, bem como a extensão universitária, com o objetivo de produzir conhecimento, ampliar e aprofundar a formação do ser humano para o exercício profissional, para a reflexão crítica, redução de desigualdades sociais e para a solidariedade entre os povos.

Esses valores são fundamentais e indispensáveis para a existência da UFGD, e por essa razão estão contemplados em seu Estatuto, tornando-se um guia para realização de suas metas, conforme pode ser verificado a seguir:

- I – Promover todas as formas do conhecimento por meio do ensino, da pesquisa e da extensão;
- II – Ministrar o ensino visando a formação de pessoas para o atendimento de necessidades do desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico regional, do mundo do trabalho urbano e do campo;

- III – Contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural e para o desenvolvimento de atividades que promovam a difusão do conhecimento;
- IV – Constituir-se em fator de integração e de promoção da cultura nacional e da formação de cidadãos;
- V – Promover estudos quanto aos problemas socioeconômicos da comunidade, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento regional, nacional e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas;
- VI – Integrar-se às regiões em que está inserida, pela extensão da educação, da pesquisa e de atividades de prestação de serviços;
- VI – Adotar políticas e programas públicos de investimentos em ensino e pesquisa e de formação de docentes e pesquisadores;
- VIII – Cooperar com os poderes públicos, universidades e outras instituições científicas, culturais e educacionais brasileiras e estrangeiras.

Destaca-se que a UFGD, enquanto universidade pública, deve corresponder aos anseios da sociedade em sua plenitude, sendo o mais acessível possível em termos de igualdade de oportunidades. Neste sentido, esta Instituição tem se mantido no caminho da ética e da moralidade, tendo como premissa norteadora a garantia ao direito de acesso do cidadão ao ensino superior público e de qualidade. Para tal, propicia novas oportunidades de acesso à Graduação e à Pós-Graduação, seja com a oferta de cursos novos, aumento do número de vagas, políticas de permanência do estudante em vulnerabilidade socioeconômica, dentre outras.

Tudo isso, torna a UFGD um agente de integração da cultura nacional e da formação de cidadãos, exercendo um papel fundamental para o desenvolvimento político, científico e social de toda a região da grande Dourados, onde está sua sede.

Hospital Universitário (HU/UFGD)

Por meio da Lei Municipal Nº 3.118, de 2008, o Poder Executivo Municipal autorizou a doação da área à UFGD, que poderia usar suas edificações para atendimento hospitalar via Sistema Único de Saúde (SUS) e para atividades de hospital-escola. Tendo o Ministério da Educação (MEC) dado o sinal verde para o recebimento da doação, o Conselho Universitário da UFGD aprovou a criação do Órgão Suplementar “Hospital Universitário”, que passou a fazer parte da estrutura administrativa da Universidade. Assim, a UFGD passou a administrar o HU/UFGD a partir de 1º de janeiro de 2009. Dessa forma, o Hospital passou a ser vinculado aos Ministérios da Saúde e da Educação, e é mantido com recursos dos governos Federal, Estadual e Municipal.

Em 26 de setembro de 2013, por meio do Contrato nº 030/2013, o HU/UFGD aderiu à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), vinculada ao MEC, criada em 2011 com a finalidade específica de gerir os Hospitais Universitários Federais. O novo modelo de gestão representou significativo aporte de recursos humanos e implementação de melhoras estruturais no HU/UFGD.

Ao atingir os objetivos evidenciados em seu planejamento, o HU/UFGD vem se consolidando como polo estratégico em Mato Grosso do Sul, no que tange à formação de recursos humanos e à produção e à disseminação de ciência e tecnologia na área da saúde. Ao mesmo tempo, constitui-se como referência na assistência pública à saúde da população distribuída em 33 municípios da região da Grande Dourados, incluindo a população indígena e de fronteira (Paraguai).

O Hospital Universitário da UFGD, no desenvolvimento de suas ações diárias, tem como premissa básica alcançar a missão, o propósito, a visão, os pilares, os objetivos estratégicos e os valores definidos em seu Plano Diretor Estratégico – PDE, quais sejam:

Missão:

Desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão, ofertando à sociedade assistência à saúde eficiente, humanizada e gratuita.

Propósito:

Ensinar para transformar o cuidar.

Visão:

Ensinar de forma multiprofissional, incentivando projetos de pesquisa científica e tecnológica, além de promover uma assistência especializada, de qualidade e humanizada, a partir de uma gestão corporativa e focada no planejamento estratégico.

Pilares:

- Sociedade;
- Sustentabilidade;
- Governança;
- Processos e Tecnologia;
- Pessoas.

Objetivos estratégicos:

- Melhorar o ensino, pesquisa e extensão e assistência por meio da excelência do campo de prática e gestão hospitalar eficiente;
- Empregar os recursos de maneira eficiente, visando à perenidade e ao equilíbrio da rede;
- Gerir com competência, agilidade e transparência, garantindo continuidade das atividades da rede;

- Otimizar a operação por meio da simplificação e digitalização de processos, inovação e disseminação das melhores práticas;
- Valorizar, capacitar e reter os talentos.

Valores:

- A ética é inegociável;
- Transparência nas ações e relações institucionais;
- Humanizar para transformar o cuidado;
- Ser sustentável para cuidar sempre;
- Valorizar todas as pessoas;
- Trabalhar em rede para somar forças e alcançar a excelência;
- Inovar para fazer mais e melhor transformando a sociedade.

O modelo assistencial é voltado às necessidades de saúde da população, formação e ao ensino e pesquisa, operando na rede de atenção à saúde do SUS com metas formalmente registradas por contratualização, que tem como parte integrante um rol de procedimentos de média e alta complexidade descrito através de metas quantitativas, qualitativas e de Rede, firmando o papel do HU/UFGD como instrumento da atenção hospitalar na rede SUS. O perfil de atendimento é ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade. Na linha de cuidado adulto, o HU/UFGD é referência para clínica médica. Na saúde da criança, é a única referência em clínica pediátrica e nos cuidados intensivos o hospital dispõe de unidades de terapia intensiva UTI: adulto, pediátrico e neonatal (incluindo, cuidados intermediários). Na atenção ao parto e nascimento possui atendimento porta-aberta¹ no serviço de ginecologia e obstetrícia, sendo referência regional no Sistema Único de Saúde (SUS) para gravidez de alto risco.

Via de regra, a oferta dos serviços assistenciais é regulada pelo Complexo Regulador Municipal, através do sistema SISREG para os serviços ambulatoriais e pela Central de Regulação de Leitos de Dourados (CRLD) para os serviços hospitalares (internações). Conforme o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), no âmbito hospitalar, a instituição possui 168 leitos ativos, assim distribuídos: 119 leitos de enfermaria, 24 leitos complementares de UTI tipo II (adulto e pediátrico), 10 leitos de UTI Neonatal e 15 leitos de Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal. Se considerados os leitos extras, frequentemente utilizados na maternidade e na UCI Neonatal, a capacidade operacional² se aproxima dos 180 leitos. O HU/UFGD está inserido em redes temáticas preconizadas pelo Ministério da Saúde, a saber: Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial e Rede de Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual.

Em relação ao ensino e pesquisa, o HU/UFGD atua como campo de prática para diversas áreas na formação de alunos e profissionais de instituições de ensino públicas (UFGD e UEMS) e privadas (Unigran e Escola Vital Brasil). As residências são norteadas pela formação integrada dos diversos profissionais envolvidos nos programas e nos cenários de prática. O hospital possui programas de

¹ Termo que significa que o atendimento é por demanda espontânea, sem necessidade de encaminhamento por outra instituição de saúde.

² Dados divulgado no Plano Diretor Estratégico 2021-2023 do HU/UFGD/EBSERH

residência médica nas áreas de concentração: Clínica Médica, pré-requisito em Área Cirúrgica Básica, Pediatria e Ginecologia e Obstetrícia. Além disso, o HU tem outros três programas de residência em Área Profissional da Saúde: Residência Multiprofissional em Saúde (áreas de concentração: Atenção Cardiovascular, Saúde Indígena e Materno-infantil, abrangendo os cursos de enfermagem, nutrição, psicologia e fisioterapia) e Residência Uniprofissional em Enfermagem Obstétrica.

O hospital está localizado sito à Rua Ivo Alves da Rocha, 558, Altos do Indaiá, ocupando uma área de 150.000 metros quadrados, com 23.332,63 metros quadrados de área construída. Está situado próximo às Rodovias Estaduais MS-162 e MS-379, entre as Unidades I e II da UFGD, a 5,3 quilômetros da primeira e a 10,5 quilômetros da segunda (Google Maps). Inicialmente constituído por um único centro hospitalar, incorporou recentemente em sua estrutura a Etapa I da Unidade da Mulher e da Criança (UMC), com 7.093 metros quadrados de área nova construída, somando-se aos blocos da Biblioteca e Psicologia.

[Voltar ao Sumário](#)

Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento da Unidade

UFGD

A UFGD foi criada por meio da Lei n.º 11.153, de 29 de julho de 2005, com a finalidade de ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas mais diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

O Estatuto da UFGD foi aprovado pelo MEC e publicação no DOU de 21 de setembro de 2006, p. 28, seção 1. O Regimento do Conselho Universitário (COUNI) encontra-se aprovado (Resolução do COUNI n.º 17/2007, de 15 de fevereiro de 2007), assim como outras normas internas, sempre pautadas na legislação e na Constituição Federal.

Sua estrutura administrativa foi aprovada e instalada de acordo com a Resolução do COUNI n.º 71/2008, de 17 de setembro de 2008 e posteriormente alterada conforme a Resolução do COUNI n.º 129/2011, de 06 de setembro de 2011, Resolução do COUNI n.º 97/2012, de 05 de outubro de 2012, Resolução do COUNI n.º 23/2013, de 01 de março de 2013, e Resolução do COUNI n.º 98, de 12 de agosto de 2014.

Todos os conselhos superiores existentes, bem como as demais instâncias deliberativas e/ou consultivas têm seus regimentos e/ou regulamentos internos.

A Criação do HU/UFGD foi feita via Resolução COUNI n.º 72 de 11 de julho de 2008, publicado no DOU em 08 de agosto de 2008. A Lei Municipal n.º 3.118/2008, de 09 de julho de 2008, autorizou a incorporação do patrimônio do Hospital ao HU/UFGD. A Resolução COUNI n.º 37, de 22 de maio de 2009, publicado em 29 de maio de 2009 que aprova o Regimento Interno do Hospital Universitário.

A Resolução COUNI n.º 01/2009, de 13 de fevereiro de 2009 aprovou a Estrutura Administrativa do HU/UFGD, sendo esta alterada pela Resolução do COUNI n.º 146/2011, de 24 de outubro de 2011, e posteriormente pela Resolução do COUNI n.º 201/2011, de 19 de dezembro de 2011.

A minuta de contrato entre a UFGD e EBSEH foi feita pela Resolução COUNI n.º 51/2013, de 27 de maio de 2013 e o contrato visando a gestão sem ônus do HU foi aprovado pela Resolução COUNI n.º 136, de 25 de setembro de 2013.

A previsão de criação de novos cursos de graduação e pós-graduação até 2021 foi aprovada pela Resolução COUNI n.º 43/2013, de 05 de maio de 2013.

O Plano de Expansão Acadêmica da Graduação foi aprovado pela Resolução COUNI n.º 44/2013, de 05 de maio de 2013. Já a Resolução COUNI n.º 54/2013, de 05 de maio de 2013 aprovou as alterações no Projeto de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI) que decorreu do processo de Avaliação aprovada na Res. n.º 130/2011.

A Resolução COUNI n.º 10/2013, de 01 de março de 2013 aprovou a Política Ambiental da UFGD, bem como pela Resolução *ad referendum* COUNI n.º 195/2013, de 27 de dezembro de 2013 aprovou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação da UFGD. Integrada ainda, tem-se a Resolução *ad referendum* COUNI n.º 197/2013, de 27 de dezembro de 2013 que aprovou o Plano de Logística Sustentável da UFGD e a Resolução *ad referendum* COUNI n.º 202/2013, de 27 de dezembro de 2013 que aprovou o Plano de Segurança da Informação e Comunicação da UFGD.

A Resolução *ad referendum* COUNI n.º 196/2013, de 27 de dezembro de 2013 que aprovou o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFGD, referente ao período de 2013-2017. Foi prorrogado até 31/12/2020, por meio da Resolução COUNI n.º 231, de 20/12/2017. Com nova alteração, passando a vigorar até 31/12/2021, conforme Resolução COUNI n.º 133, de 18 de dezembro de 2020.

A Resolução COUNI n.º 181, de 09 de novembro de 2017, aprovou a aceitação de doação pela Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (AGESUL), de área de 09 hectares ao entrono do Hospital Universitário/HU/UFGD/EBSERH à UFGD.

A Resolução COUNI n.º 112, de 28 de junho de 2018, aprovou a Política de Gestão de Riscos da UFGD. A Resolução COUNI n.º 184, de 16 de dezembro de 2021, aprovou o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFGD, para o quinquênio 2022-2026;

Contrato de cessão n.º 03/2022, de 03 de janeiro de 2022, formalizado entre a UFGD e a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União/MS, para utilização gratuita com encargos, pelo prazo de 10 anos, para uso compartilhado com o DNIT, de imóvel localizado em Dourados/MS.

HU/UFGD

Quanto às diretrizes normativas do Hospital Universitário destacam-se a Resolução Conselho Universitário (COUNI) n.º 72, de 11/07/2008, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 08/08/2008, que autoriza sua criação como Órgão Suplementar da UFGD; a Lei Municipal de Dourados n.º 3.118, de 09/07/2008, publicada no DOU em 13/08/2008, que autorizou a doação da área em que funcionava o Hospital Universitário de Dourados, mantido pela Administração Pública Municipal a época, para a UFGD, e a Resolução COUNI n.º 37, de 22/08/2009, publicada em 29/05/2009, que aprovou o Regimento Interno do Hospital Universitário e permitiu sua consolidação.

Em 26/06/2013, a UFGD firmou o contrato de Gestão n.º 30/2013 com a EBSEH o qual permitiu a transferência da gestão sem ônus do HU à empresa pública, devidamente aprovado por meio da Resolução COUNI n.º 136, de 25/09/2013. As prorrogações do contrato, pelos 1º, 2º e 3º Temos Aditivos, possibilitaram a conclusão do período de transição e o início da operacionalização (gestão plena), da Unidade Gestora UG da Filial HU/UFGD/EBSEH, a partir de outubro de 2019.

Durante o exercício de 2020, destaca-se o Contrato Administrativo n.º 247/2020/DL/PMD, celebrado entre o município de Dourados, por intermédio da Secretária Municipal de Saúde e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH), junto a sua filial EBSEH - Hospital Universitário

da Grande Dourados (HU/UFGD/EBSERH). O Estado de Mato Grosso do Sul atua como interveniente do contrato, por intermédio da Secretária Estadual de Saúde. O contrato tem por objeto principal a integração do HU/UFGD na Rede de Atenção à Saúde do município de Dourados, definindo responsabilidades das partes e estabelecendo metas quantitativas e qualitativas do processo de assistência à saúde, de gestão, de ensino e pesquisa e avaliação, em sintonia com as necessidades de saúde da população, as políticas públicas de saúde para a atenção hospitalar e com os princípios e diretrizes do SUS.

[Voltar ao Sumário](#)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DA UFGD

Balanco Patrimonial

31/12/2022

R\$

ATIVO	NE	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante		28.899.852,75	29.574.882,77
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	20.764.270,16	20.925.619,19
Créditos a Curto Prazo		4.847.889,27	5.550.675,25
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	02	4.847.889,27	5.550.675,25
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-
Estoques	03	2.818.862,59	2.821.886,54
Ativos Financeiros Mantido para Venda		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		468.830,73	276.701,79
Ativo Não Circulante		385.607.389,31	381.414.792,80
Ativo Realizável a Longo Prazo		-	5.310,54
Investimentos		0,00	0,00
Imobilizado	04	384.432.159,79	380.270.899,60
Bens Móveis		106.890.994,54	107.461.814,57
Bens Imóveis		277.541.165,25	272.809.085,03
Intangível	05	1.175.229,52	1.138.582,66
Diferido		-	-
Total do Ativo		414.507.242,06	410.989.675,57
PASSIVO			
Passivo Circulante		55.953.330,41	62.725.781,07
Obrig. Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		15.207.525,04	16.175.690,65
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	06	765.573,43	276.051,53
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		95,64	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
Provisões a Curto Prazo		-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	07	39.980.136,30	46.274.038,89
Passivo Não Circulante		0,00	0,00
Obrig. Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Provisões a Longo Prazo		-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
Resultado Diferido		-	-
Total do Passivo Exigível		55.953.330,41	62.725.781,07
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Reservas de Capital		-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Reservas de Lucros		-	-
Resultados Acumulados		358.553.911,65	348.263.894,50
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Resultado do Exercício		10.935.442,54	59.997.235,56
Resultados de Exercícios Anteriores		348.263.894,50	283.978.563,31

Ajustes de Exercícios Anteriores	-645.425,39	4.288.095,63
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
Total do Patrimônio Líquido	358.553.911,65	348.263.894,50
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	414.507.242,06	410.989.675,57

Fonte: SIAFI.

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

	R\$	
	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Ativo financeiro	20.764.270,16	20.925.619,19
Ativo permanente	393.742.971,90	390.064.056,38
Total do Ativo (I)	414.507.242,06	410.989.675,57
Passivo		
Passivo financeiro	49.092.488,45	44.857.507,00
Passivo permanente	37.533.841,69	44.429.995,64
Total Passivo (II)	86.626.330,14	89.287.502,64
Saldo patrimonial (I-II)	327.880.911,92	321.702.172,93

Fonte: SIAFI.

Quadro das Contas de Compensação

	R\$		
	NE	31/12/2022	31/12/2021
Atos Potenciais Ativos			
Execução dos Atos Potenciais Ativos			
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		4.168.927,46	5.482.083,13
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.		19.101.158,04	18.199.332,34
Direitos Contratuais a Executar		-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		-	-
Total dos Atos Potenciais Ativos		23.270.085,50	23.681.415,47
Atos Potenciais Passivos			
Execução dos Atos Potenciais Passivos			
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		0,00	0,00
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a		2.867.169,51	3.491.214,50
Liberar			
Obrigações Contratuais a Executar	09	37.195.438,49	7.127.897,57
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		-	-
Total dos atos Potenciais Passivos		40.062.608,00	10.619.112,07

Fonte: SIAFI.

Quadro do Superavit / Deficit Financeiros

R\$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-19.375.111,71
Recursos Vinculados	-8.953.106,58
Educação	-6.794.896,79
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-73.283,50
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	-1.274.364,17
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-810.562,12
TOTAL	-28.328.218,29

Fonte: SIAFI.

[Voltar ao Sumário](#)

Demonstração das Variações Patrimoniais

31/12/2022

R\$

	NE	31/12/2022	31/12/2021
Variações Patrimoniais Aumentativas	<u>11</u>		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categ. Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		3.063.766,21	494.710,51
Venda de Mercadorias		786.411,60	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		2.277.354,61	494.710,51
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		0,00	0,00
Juros e Encargos de Empr. e Financ. Concedidos		0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora		0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		339.424.333,48	330.761.616,50
Transferências Intragovernamentais		337.673.156,76	330.305.861,38
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		1.751.176,72	455.755,12
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		12.122.464,52	131.979.876,72
Reavaliação de Ativos		-	77.646.822,83
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		118.228,71	38.464.172,36
Ganhos com Desincorporação de Passivos		12.004.235,81	15.868.881,53
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		1.371.565,56	1.074.791,67
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		7.800,00	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		1.363.765,56	1.074.791,67
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		355.982.129,77	464.310.995,40
Variações Patrimoniais Diminutivas	<u>12</u>		
Pessoal e Encargos		238.157.445,71	235.859.279,26
Remuneração a Pessoal		187.502.976,49	185.169.188,31

Encargos Patronais	41.152.632,96	41.068.905,99
Benefícios a Pessoal	9.434.799,36	9.554.436,08
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos	67.036,90	66.748,88
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	22.655.139,47	21.284.527,22
Aposentadorias e Reformas	16.147.910,73	15.175.906,95
Pensões	3.022.913,65	2.568.046,90
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.484.315,09	3.540.573,37
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	29.701.495,19	25.306.786,42
Uso de Material de Consumo	2.635.763,46	2.794.180,23
Serviços	25.421.224,73	20.688.980,15
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.644.507,00	1.823.626,04
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	367.237,12	10.660,04
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	7.834,04	10.660,04
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	359.403,08	0,00
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	37.667.587,83	37.054.817,88
Transferências Intragovernamentais	37.315.255,03	36.793.167,13
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	63.966,83	60.667,65
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	21.294,83	33.580,84
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	267.071,14	167.402,26
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	6.597.297,47	73.615.400,03
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	3.104,13	569.600,55
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	1.886,60	14.199,46
Incorporação de Passivos	5.479.259,73	4.999.338,80
Desincorporação de Ativos	1.113.047,01	68.032.261,22
Tributárias	725.908,20	554.149,57
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	196.462,10	1.388,40
Contribuições	529.446,10	552.761,17
Custo – Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	9.174.576,24	10.628.139,42
Premiações	36.600,00	13.869,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	9.137.075,54	10.454.279,70
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	900,70	159.990,72

Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		345.046.687,23	404.313.759,84
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I-II)	<u>10</u>	10.935.442,54	59.997.235,56

Fonte: SIAFI.

[Voltar ao Sumário](#)

Balanço Orçamentário

31/12/2022

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes (I)	<u>13</u>	3.739.034,00	3.739.034,00	3.636.843,85	-102.190,15
Receitas Tributárias		-	-	-	-
Rec. de Contribuições		-	-	-	-
Receita Patrimonial		225.000,00	225.000,00	170.575,70	-54.424,30
Receita Agropecuária		1.026.968,00	1.026.968,00	786.411,60	-240.556,40
Receita Industrial		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Serviços		1.737.391,00	1.737.391,00	1.837.526,60	100.135,60
Transferências Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Out. Receitas Correntes		749.675,00	749.675,00	842.329,95	92.654,95
Receitas de Capital (II)		0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito		-	-	-	-
Alienação de Bens		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transfer. de Capital		-	-	-	-
Out. Receitas de Capital		-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS (IV) = (I+II+III)		3.739.034,00	3.739.034,00	3.636.843,85	-102.190,15
Refinanciamento (V)		-	-	-	-
Operações de Crédito – Interno		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito-Externo		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)		3.739.034,00	3.739.034,00	3.636.843,85	-102.190,15
Deficit (VII)				309.199.093,32	309.199.093,32
TOTAL (VIII) = (VI+VII)		3.739.034,00	3.739.034,00	312.835.937,17	309.096.903,17
Créditos Adicionais Abertos			6.273.352,00		-6.273.352,00
Créd. Adicionais Abertos com Superavit Financeiro					
Créd. Adic. Abertos com Excesso de Arrecadação			1.627.302,00		
Créditos Cancelados Líquidos			4.646.050,00		
Créditos Adicionais Reabertos					

Fonte: SIAFI.

Relatório Contábil de Propósitos Gerais da UFGD
Demonstrações Contábeis Consolidadas da UFGD

RCPG
2022



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	SALDO (j) = (f-g)
Despesas Correntes (IX)	<u>14</u>	295.882.333,00	299.305.685,00	301.245.210,42	286.488.914,04	268.556.021,32	-1.939.525,42
Pessoal e Encargos Sociais		243.865.037,00	249.804.804,00	247.004.713,43	247.004.713,43	231.233.571,63	2.800.090,57
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		52.017.296,00	49.500.881,00	54.240.496,99	39.484.200,61	37.322.449,69	-4.739.615,99
Despesas de Capital (X)		8.891.905,00	11.741.905,00	11.590.726,75	1.139.801,21	1.121.015,21	151.178,25
Investimentos		8.891.905,00	11.741.905,00	11.590.726,75	1.139.801,21	1.121.015,21	151.178,25
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência (XI)		-	-	-	-	-	-
Reserva do RPPS (XII)		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)		304.774.238,00	311.047.590,00	312.835.937,17	287.628.715,25	269.677.036,53	-1.788.347,17
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XIV)		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)		304.774.238,00	311.047.590,00	312.835.937,17	287.628.715,25	269.677.036,53	-1.788.347,17
TOTAL		304.774.238,00	311.047.590,00	312.835.937,17	287.628.715,25	269.677.036,53	-1.788.347,17

Fonte: Siafi

Execução dos Restos a Pagar não Processados

31/12/2022

R\$

NE	Inscritos Em Exercícios Anteriores (a)	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
Despesas Correntes	6.886.688,53	13.209.442,84	13.535.758,59	13.445.798,09	1.629.330,85	5.021.002,43
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.211,34	-	-	1.211,34	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	6.886.688,53	13.208.231,50	13.535.758,59	13.445.798,09	1.628.119,51	5.021.002,43
Despesas de Capital	3.981.896,24	2.495.493,20	3.849.161,20	3.849.161,20	2.093.483,98	534.744,26
Investimentos	3.981.896,24	2.495.493,20	3.849.161,20	3.849.161,20	2.093.483,98	534.744,26
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	10.868.584,77	15.704.936,04	17.384.919,79	17.294.959,29	3.722.814,83	5.555.746,69

Fonte: SIAFI.

Execução Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados
31/12/2022

	NE	Inscritos em Exercícios Anteriores (a)	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (f)=(a+b-c-d)
Despesas Correntes	<u>15</u>	527.710,10	17.532.131,53	17.762.114,14	82.258,74	215.468,75
Pessoal e Encargos Sociais		-	16.053.019,85	16.000.253,26	52.766,59	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		527.710,10	1.479.111,68	1.761.860,88	29.492,15	215.468,75
Despesas de Capital		105.313,84	-	-	-	105.313,84
Investimentos		105.313,84	-	-	-	105.313,84
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
TOTAL		633.023,94	17.532.131,53	17.762.114,14	82.258,74	320.782,59

Fonte: SIAFI.

[Voltar ao Sumário](#)

Balanco Financeiro

31/12/2022

				R\$					
INGRESSOS		NE	31/12/2022	31/12/2021	DISPÊNDIOS		NE	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Orçamentárias (I)		<u>16</u>	3.636.843,85	2.219.930,41	Despesas Orçamentárias (VI)		<u>17</u>	312.835.937,17	294.498.892,36
Ordinárias			-	-	Ordinárias			279.528.901,67	239.171.050,65
Vinculadas			5.239.697,44	1.228.233,07	Vinculadas			33.307.035,50	55.327.841,71
Educação			62.789,32	92.814,05	Educação			10.522.952,30	2.364.213,83
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas			5.176.908,12	1.135.419,02	Seguridade Social (Exceto RGPS)			1.232.568,00	43.832.693,13
(-) Deduções da Receita Orçamentária			-1.602.853,59	-8.302,66	Previdência Social (RPPS)			17.551.550,58	6.341.043,50
					Dívida Pública			-	-
					Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas			3.999.964,62	2.789.891,25
Transferências Financeiras Recebidas (II)			337.673.156,76	330.305.861,38	Transferências Financeiras Concedidas (VII)			37.315.255,03	36.793.167,13
Resultantes da Execução Orçamentária			319.748.501,68	309.208.197,98	Resultantes da Execução Orçamentária			34.771.515,63	35.313.158,96
Repasse Recebido			284.981.299,45	273.930.903,85	Repasse Concedido			4.313,40	35.864,83
Sub-repasse Recebido			34.767.202,23	35.277.294,13	Sub-repasse Concedido			34.767.202,23	35.277.294,13
Independentes da Execução Orçamentária			17.924.655,08	21.097.663,40	Repasse Devolvido			0,00	0,00
Transferências Recebidas para Pagamento de RP			17.374.261,08	20.728.332,20	Independentes da Execução Orçamentária			2.543.739,40	1.480.008,17
Demais Transferências Recebidas			-	88.089,82	Transferências Concedidas para Pagamento de RP			1.245.349,76	1.034.894,85
Movimentação de Saldos Patrimoniais			550.394,00	281.241,38	Demais Transferências Concedidas			45.418,78	-
Aporte ao RPPS			-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais			1.252.970,86	445.113,32
Aporte ao RGPS			-	-	Aporte ao RPPS			-	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)			44.021.188,83	34.130.026,65	Despesas Extraorçamentárias (VIII)			35.341.346,27	35.756.520,78
Inscrição dos Restos a Pagar Processados			17.951.678,72	17.439.650,74	Pagamento dos Restos a Pagar Processados			17.762.114,14	17.761.574,29
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados			25.207.221,92	15.704.936,04	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados			17.294.959,29	17.318.486,44

Relatório Contábil de Propósitos Gerais da UFGD

Demonstrações Contábeis Consolidadas da UFGD

**RCPG
2022**

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	222.500,65	635.868,10	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	284.272,84	676.380,05
Outros Recebimentos Extraorçamentários	639.787,54	349.571,77	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	80,00
Ordens Bancárias não Sacadas – Cartão de Pagamento	0,00	0,00			
Restituições a Pagar	0,00	0,00	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	80,00
Arrecadação de Outra Unidade Demais Recebimentos	639.787,54	349.571,77	Demais Pagamentos	0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (IV)	20.925.619,19	22.318.381,02	Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	20.764.270,16	20.925.619,19
Caixa e Equivalentes de Caixa	20.925.619,19	22.318.381,02	Caixa e Equivalentes de Caixa	20.764.270,16	20.925.619,19
TOTAL (V)=(I+II+III+IV)	406.256.808,63	387.974.199,46	TOTAL (X)=(VI+VII+VIII+IX)	406.256.808,63	387.974.199,46

Fonte: SIAFI.

[Voltar ao Sumário](#)

Demonstração dos Fluxos de Caixa
31/12/2022

R\$

	NE	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de Caixa das Atividades das Operações (I)			
Ingressos	<u>19</u>	342.172.288,80	332.511.231,66
Receitas Derivadas e Originárias		-	-
Receita Tributária		0,00	0,00
Receita de Contribuições			
Receita Patrimonial		170.575,70	31.880,73
Receita Agropecuária		786.411,60	0,00
Receita Industrial		0,00	0,00
Receita de Serviços		1.837.526,60	462.829,78
Remuneração das Disponibilidades		0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias		842.329,95	725.219,90
Transferências Correntes Recebidas		-	-
Intergovernamentais		-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas		-	-
Outros Ingressos das Operações		338.535.444,95	331.291.301,25
Ingressos Extraorçamentários		222.500,65	635.868,10
Restituições a Pagar		0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas		337.673.156,76	330.305.861,38
Arrecadação de Outra Unidade		639.787,54	349.571,77
Desembolsos	<u>20</u>	-337.363.461,42	-330.982.258,64
Pessoal e Demais Despesas		-258.838.593,64	-252.489.869,75
Legislativo		0,00	0,00
Judiciário		0,00	0,00
Essencial à Justiça		0,00	0,00
Administração		-1.200,16	-4.200,42
Defesa Nacional		0,00	0,00
Segurança Pública		0,00	0,00
Relações Exteriores		0,00	0,00
Assistência Social		0,00	0,00
Previdência Social		-19.163.951,22	-17.680.623,99
Saúde		-1.306,08	-232.150,46
Trabalho		0,00	0,00
Educação		-239.057.136,18	-234.572.894,88
Cultura		0,00	0,00
Direitos da Cidadania		-115.000,00	0,00
Urbanismo		0,00	0,00
Habitação		0,00	0,00
Saneamento		0,00	0,00
Gestão Ambiental		0,00	0,00
Ciência e Tecnologia		0,00	0,00
Agricultura		0,00	0,00
Organização Agrária		-500.000,00	0,00
Indústria		0,00	0,00
Comércio e Serviços		0,00	0,00
Comunicações		0,00	0,00

Energia	0,00	0,00	
Transporte	0,00	0,00	
Desporto e Lazer	0,00	0,00	
Encargos Especiais	0,00	0,00	
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas – Cartão de Pagamento	0,00	0,00	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-	
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-	
Outros Encargos da Dívida	-	-	
Transferências Concedidas	-40.925.339,91	-41.022.761,71	
Intergovernamentais	0,00	0,00	
A Estados e/ou Distrito Federal	0,00	0,00	
A Municípios	0,00	0,00	
Intragovernamentais	-40.840.078,25	-40.927.515,22	
Outras Transferências Concedidas	-85.261,66	-95.246,49	
Outros Desembolsos das Operações	-37.599.527,87	-37.469.627,18	
Dispêndios Extraorçamentários	-284.272,84	-676.380,05	
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-80,00	
Transferências Financeiras Concedidas	-37.315.255,03	-36.793.167,13	
Demais Pagamentos			
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (II)	<u>21</u>	-4.970.176,41	-2.921.734,85
Ingressos		0,00	0,00
Alienação de Bens		0,00	0,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		0,00	0,00
Outros Ingressos de Investimentos			
Desembolsos		-4.970.176,41	-2.921.734,85
Aquisição de Ativo Não Circulante		-4.848.568,51	-2.679.196,53
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		0,00	0,00
Outros Desembolsos de Investimentos		-121.607,90	-242.538,32
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (III)	<u>22</u>	-	-
INGRESSOS		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Intergovernamentais		-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa ((I+II+III)	<u>18</u>	-161.349,03	-1.392.761,83
Caixa e equivalentes de caixa inicial		20.925.619,19	22.318.381,02
Caixa e equivalente de caixa final		20.764.270,16	20.925.619,19

Fonte: SIAFI.

[Voltar ao Sumário](#)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

31/12/2022

R\$

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	AFAC	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021	-	-	-	-	-	283.978.563,31	-	-	283.978.563,31
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	4.288.095,63	-	-	4.288.095,63
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	59.997.235,56	-	-	59.997.235,56
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária – IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2021	-	-	-	-	-	348.263.894,50	-	-	348.263.894,50

Relatório Contábil de Propósitos Gerais da UFGD

Demonstrações Contábeis Consolidadas da UFGD

**RCPG
2022**

Especificação	Patrimônio / Capital Social	AFAC	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022	-	-	-	-	-	348.263.894,50	-	-	348.263.894,50
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-659.548,71	-	-	-659.548,71
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	18.656,50	-	-	18.656,50
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	10.935.442,54	-	-	10.935.442,54
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária – IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2022	-	-	-	-	-	358.558.444,83	-	-	358.558.444,83

Fonte: SIAFI.

[Voltar ao Sumário](#)

Notas Explicativas

1 – Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI. Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras, tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Dessa forma, as Demonstrações Contábeis são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- I. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- I. Balanço Orçamentário (BO);
- II. Balanço Financeiro (BF);
- III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- IV. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- V. Notas Explicativas.

[Voltar ao Sumário](#)

2 – Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida pelo Manual Técnico de Orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual (LOA) que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreende três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes, isto é, aquelas que não dependem de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para a manutenção das suas atividades.

Todos os entes federativos elaboram seu próprio orçamento (estados, distrito federal e municípios) e, da mesma forma, a União. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, entre outros, os recursos do ente União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

2.1 – Conta Única do Governo Federal

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira, tanto no MEC quanto nos demais órgãos públicos federais. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado **Conta Única**, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

2.2 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

2.3 – Recursos orçamentários x recursos financeiros

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O “orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais”.

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos

projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”.

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento”.

2.4 – Restos a Pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho.

Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

[Voltar ao Sumário](#)

3 – Detalhamento dos critérios contábeis adotados na administração pública federal

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

(a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo, relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vii) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

(e) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(f) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

(g) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(h) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

(i) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(j) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

(k) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

(l) Provisões

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade, saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015.

(m) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

(n) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

(n.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da

restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP, em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(n.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O deficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superavit é apresentado junto às despesas.

(n.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superavit ou deficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo.

[Voltar ao Sumário](#)

4 – Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial

A seguir, são detalhados os itens mais relevantes ao demonstrativo.

NE 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Apesar da redução de 0,77% da conta Caixa e Equivalentes de Caixa em comparação ao período anterior, como demonstrado na Tabela 1, seu saldo é bastante expressivo. Isso ocorre em virtude das alterações para modernização do Sistema de Pagamento – emissão da ordem bancária em D+0.

Tabela 1 - Caixa e Equivalente de Caixa

ATIVO	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
R\$				
Caixa e Equivalente de Caixa				
Caixa e Equivalentes em Moeda Nacional – Cons.	46.706,20	111.155,35	-57,98	0,22
HU/UFGD	45.851,43	45.095,26	1,68	0,22
UFGD	854,77	66.060,09	-98,71	0,00
Caixa e Equivalentes em Moeda Nacional – Intra	20.717.563,96	20.814.463,84	-0,47	99,78
HU/UFGD	2.330.482,24	2.931.060,38	-20,49	11,22
UFGD	18.387.081,72	17.883.403,46	2,82	88,55
Lim de Saque com Vinc. de Pgto – OFSS	3.740.955,15	3.504.628,25	6,74	18,02
HU/UFGD	70.179,56	634.254,87	-88,94	0,34
UFGD	3.670.775,59	2.870.373,38	27,88	17,68
Lim de Saque c/ Vinc. Pagto – OP – OFSS	16.976.608,81	17.309.835,59	-1,93	81,76
HU/UFGD	2.260.302,68	2.296.805,51	-1,59	10,89
UFGD	14.716.306,13	15.013.030,08	-1,98	70,87
Total	20.764.270,16	20.925.619,19	-0,77	100,00

Fonte: SIAFI.

Nesse novo formato são geradas Ordens de Pagamentos (OP), vinculadas aos compromissos que estão sendo realizados, e contabilizadas as reservas de recurso financeiro para uma conta específica (11112.20.03 = Lim de Saque c/ Vinc. Pagto – Ordem Pagto – OFSS) até a emissão das ordens bancárias, momento em que os recursos financeiros são enviados ao banco.

O valor de R\$ 16.976.608,81, que corresponde 81,76% do total da conta, são pagamentos realizados que aguardam a emissão da ordem bancária, quando será efetivada a transferência financeira ao banco. Também estão somados a esse saldo o valor da Folha de Pagamento, pois são realizados todos os trâmites necessários para realização dos pagamentos até o último dia útil do mês e as transferências financeiras são efetivadas no primeiro dia útil do mês subsequente.

[Voltar ao Sumário](#)

NE 02 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Houve uma redução de 12,66% na conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo no exercício de 2022, conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Composição

PASSIVO	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
R\$				
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo				
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	4.757.674,12	4.316.661,20	10,22	98,14
13 Salário – Adiantamento	1.004.622,91	718.726,05	39,78	20,72
HU/UFGD	0,00	67.241,03	-100,00	0,00
UFGD	1.004.622,91	651.485,02	54,21	20,72
Adiantamento de Férias	3.499.375,28	3.415.486,23	2,46	72,18
HU/UFGD	242.933,98	647.370,73	-62,47	5,01
UFGD	3.256.441,30	2.768.115,50	17,64	67,17
Salários e Ordenados – pagto antecipado	253.675,93	182.448,92	39,04	5,23
HU/UFGD	47.187,97	35.425,13	33,20	0,97
UFGD	206.487,96	147.023,79	40,45	4,26
Suprimento de Fundos – Adiantamento	0,00	0,00	-	0,00
UFGD	0,00	0,00	-	0,00
Outros Créditos a Rec e Valores a Curto Prazo	90.215,15	1.234.014,05	-92,69	1,86
Valores a Rec por Devolução Desp. Estornadas	0,00	0,00	-	0,00
UFGD	0,00	0,00	-	0,00
Adiantamento – Termo Execução Descentral.	0,00	1.104.855,01	-100,00	0,00
HU/UFGD	0,00	0,00	0,00	0,00
UFGD	0,00	1.104.855,01	-100,00	0,00
Créditos a Rec por Cessão de Pessoal – Estadual	30.210,12	0,00	-	50,35
HU/UFGD	0,00	0,00	-	0,00
UFGD	30.210,12	0,00	-	0,62
Créditos a Rec por Cessão de Pessoal – Munic.	60.005,03	129.159,04	-53,54	1,24
HU/UFGD	14.585,21	14.754,84	-1,15	0,30
UFGD	45.419,82	114.404,20	-60,30	0,94
Total	4.847.889,27	5.550.675,25	-12,66	100,00

Fonte: SIAFI.

O saldo da conta Adiantamentos Concedidos a Pessoal possui reflexos da implantação da nova rotina de folha de pagamento, referentes aos lançamentos do 13º salário e férias, a fim de que o saldo registrado no Balanço Patrimonial represente, tão somente, os adiantamentos realizados e ainda não descontados do servidor/empregado.

Foram finalizadas as tratativas referente ao Termo de Execução Descentralizada (TED) entre a UFGD e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, para promover a implantação do Sistema Integrado de Gestão Administrativa da UFGD, com gerência dos seus dados, através de sistemas da UFRN, mediante transferência tecnológica para implantação e sustentação, entre as duas

instituições e a prestação de contas aprovada, resultando na redução de 100% da conta Adiantamento – Termo Execução Descentralizada, no valor de R\$ 1.104.855,01.

[Voltar ao Sumário](#)

NE 03 – Estoques

Em 2022, a UFGD apresentou um saldo de R\$ 2.818.862,59 na conta de Estoques.

O item Material de Consumo representa 100% da conta de Estoques, com uma redução de 0,38% em relação ao período anterior, conforme Tabela 3.

Tabela 3 - Estoques - Composição

Estoques	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Material de Consumo	2.818.862,59	2.829.686,54	-0,38	100,00
HU/UFGD	0,00	0,00	0,00	0,00
UFGD	2.818.862,59	2.829.686,54	-0,38	100,00
Ajuste de Perdas de Estoques	0,00	-7.800,00	-100,00	0,00
UFGD	0,00	-7.800,00	-100,00	0,00
Total	2.818.862,59	2.821.886,54	-0,11	100,00

Fonte: SIAFI.

O ajuste de perdas de estoques compreende o registro das perdas conhecidas em estoques e calculadas por estimativa. Em 2022, foi possível a realização da efetivação de perda estimada com estoques, conforme apurado no Inventário Anual, como determina a Macrofunção 020342 – Ajustes para Perdas Estimadas, portanto, regularizando a conta Ajustes de Perdas dentro do exercício de 2022.

[Voltar ao Sumário](#)

NE 04 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 2022, a UFGD apresentou um saldo de R\$ 384.432.159,79 relacionados ao imobilizado. Conforme apresentado na Tabela 4, este saldo é composto por bens móveis (equipamentos e material permanente) e bens imóveis (edificações, construções, terrenos, fazendas, entre outros),

bem como demonstra o total acumulado de despesas com depreciação, amortização e exaustão nos exercícios de 2022 e 2021.

Tabela 4 - Imobilizado - Composição

	R\$			
Imobilizado	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV%
Bens Móveis				
(+) Valor Bruto Contábil	118.848.290,85	118.444.373,84	0,34	30,92
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-11.957.296,31	-10.982.559,27	8,88	-3,11
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00	-	0,00
Bens Imóveis				
(+) Valor Bruto Contábil	277.591.889,16	274.374.263,77	1,17	72,21
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-50.723,91	-1.565.178,74	-96,76	-0,01
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0,00	-	0,00
Total	384.432.159,79	380.270.899,60	1,09	100,00

Fonte: SIAFI.

Bens Móveis

Os Bens Móveis da UFGD, em 2022, totalizaram R\$ 106.890.994,54 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na Tabela 5.

Tabela 5 - Bens Móveis - Composição

	R\$			
	31/12/2022	31/12/2021	AH(%)	AV(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	55.370.497,95	55.774.705,14	-0,72	51,80
HU/UFGD	17.462.251,14	18.899.812,19	-7,61	16,34
UFGD	37.908.246,81	36.874.892,95	2,80	35,46
Bens de Informática	28.433.318,56	28.747.447,59	-1,09	26,60
HU/UFGD	3.219.328,95	3.224.798,25	-0,17	3,01
UFGD	25.213.989,61	25.522.649,34	-1,21	23,59
Móveis e Utensílios	18.797.985,11	18.671.759,30	0,68	17,59
HU/UFGD	2.734.888,15	2.782.460,03	-1,71	2,56
UFGD	16.063.096,96	15.889.299,27	1,09	15,03
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	8.112.823,25	8.042.408,89	0,88	7,59
HU/UFGD	145.356,04	144.053,05	0,90	0,14
UFGD	7.967.467,21	7.898.355,84	0,88	7,45
Veículos	4.834.050,82	4.832.646,43	0,03	4,52
HU/UFGD	849.454,06	857.963,67	-0,99	0,79
UFGD	3.984.596,76	3.974.682,76	0,25	3,73
Bens Móveis em Andamento	158.609,78	171.841,32	-7,70	0,15
HU/UFGD	0,00	0,00	-	0,00
UFGD	158.609,78	171.841,32	-7,70	0,15
Bens Móveis em Almoxarifado	0,00	0,00	-	0,00
HU/UFGD	0,00	0,00	-	0,00
UFGD	0,00	0,00	-	0,00
Demais Bens Móveis	3.141.005,38	2.203.565,17	42,54	2,94
HU/UFGD	2.390.834,13	1.453.393,92	64,50	2,24

UFGD	750.171,25	750.171,25	0,00	0,70
Depreciação / Amortização Acumulada	-11.957.296,31	-10.982.559,27	8,88	-11,19
HU/UFGD	-11.949.203,45	-10.974.466,41	8,88	-11,18
UFGD	-8.092,86	-8.092,86	0,00	-0,01
Total	106.890.994,54	107.461.814,57	-0,53	100,00

Fonte: SIAFI.

Dos valores referentes à Depreciação/Amortização Acumulada (demonstrados na Tabela 5), R\$ 11.949.203,45 foram realizados pela unidade gestora do Hospital Universitário.

A unidade gestora UFGD ainda não está efetuando os lançamentos no SIAFI referentes à depreciação dos bens móveis, amortização e a reavaliação. Conseqüentemente, seus reflexos não podem ser percebidos nas Demonstrações.

Importante destacar que na unidade gestora UFGD está em processo de implantação da depreciação. As divergências entre os valores do Sistema do Patrimônio da UFGD e o SIAFI (tais como classificações, valores que não foram incorporados ao Sistema de Patrimônio da UFGD) foram regularizadas, com a finalização, em 30/09/2021, do processo de conciliação dos referidos sistemas (exceto as contas Coleções e Materiais Bibliográficos e Material de Consumo de Uso Duradouro). Assim a base de dados está apta para: migração para o novo sistema de controle patrimonial, apuração da depreciação, realização de inventário e desfazimento de bens móveis.

Conforme demonstrado na Tabela 5, dos Bens Móveis registrados no Órgão, 51,80% referem-se a Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, o qual é composto por principalmente Equipamentos/Utensílio Médicos, Odontológico (64,37%) e Máquinas e Equipamentos Energético (11,02%), conforme Tabela 6.

Tabela 6 - Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas – Composição

	31/12/2022	31/12/2021	AH(%)	AV(%)
Aparelhos de Medição e Orientação	5.838.362,46	5.649.944,22	3,33	10,54
HU/UFGD	99.184,11	132.387,21	-25,08	0,18
UFGD	5.739.178,35	5.517.557,01	4,02	10,37
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	1.189.557,01	1.191.895,33	-0,20	2,15
HU/UFGD	7.623,67	9.961,99	-23,47	0,01
UFGD	1.181.933,34	1.181.933,34	0,00	2,13
Equipam/Utensílios Médicos, Odontológico	35.642.781,65	36.579.364,02	-2,56	64,37
HU/UFGD	16.228.426,30	17.794.098,70	-8,80	29,31
UFGD	19.414.355,35	18.785.265,32	3,35	35,06
Aparelho e Equipamento p/ Esportes	285.270,14	283.945,66	0,47	0,52
HU/UFGD	0,00	0,00	0,00	0,00
UFGD	285.270,14	283.945,66	0,47	0,52
Equipamento de Proteção, Segurança	1.153.653,80	1.242.722,60	-7,17	2,08
HU/UFGD	314.308,58	422.719,84	-25,65	0,57
UFGD	839.345,22	820.002,76	2,36	1,52
Máquinas e Equipamentos Industriais	1.053.968,41	1.048.047,41	0,56	1,90
HU/UFGD	7.712,49	12.691,49	-39,23	0,01
UFGD	1.046.255,92	1.035.355,92	1,05	1,89

Maquinas e Equipamentos Energético	6.101.107,89	6.244.965,68	-2,30	11,02
HU/UFGD	243.788,91	262.361,12	-7,08	0,44
UFGD	5.857.318,98	5.982.604,56	-2,09	10,58
Maquinas e Equipamentos Gráficos	108.373,49	107.912,03	0,43	0,20
HU/UFGD	0,00	0,00	0,00	0,00
UFGD	108.373,49	107.912,03	0,43	0,20
Maquinas, Ferramentas e Utensílios	315.319,51	315.319,51	0,00	0,57
HU/UFGD	0,00	0,00	0,00	0,00
UFGD	315.319,51	315.319,51	0,00	0,57
Equipamentos, Peças e Acessórios P	49.259,78	49.259,78	0,00	0,09
HU/UFGD	0,00	0,00	0,00	0,00
UFGD	49.259,78	49.259,78	0,00	0,09
Equipamentos de Mergulho e Salvamento	0,00	0,00	0,00	0,00
HU/UFGD	0,00	0,00	0,00	0,00
UFGD	0,00	0,00	0,00	0,00
Maquinas e Utensílios Agropecuário	2.128.347,00	1.867.930,33	13,94	3,84
HU/UFGD	0,00	0,00	0,00	0,00
UFGD	2.128.347,00	1.867.930,33	13,94	3,84
Equipamentos Hidráulicos e Elétrico	493.161,07	493.161,07	0,00	0,89
HU/UFGD	4.400,00	4.400,00	0,00	0,01
UFGD	488.761,07	488.761,07	0,00	0,88
Maquinas, Utensílios e Equipamento	1.011.335,74	700.237,50	44,43	1,83
HU/UFGD	556.807,08	261.191,84	113,18	1,01
UFGD	454.528,66	439.045,66	3,53	0,82
Total	55.370.497,95	55.774.705,14	-0,72	100,00

Fonte: SIAFI.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União, em 31/12/2022, totalizavam R\$ 277.541.165,25, e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na Tabela 7.

Tabela 7 - Bens Imóveis - Composição

	31/12/2022	31/12/2021	AH(%)	AV(%)
Bens de Uso Especial	267.289.616,47	266.051.297,66	0,47	96,31
HU/UFGD	0,00	0,00	-	0,00
UFGD	267.289.616,47	266.051.297,66	0,47	96,31
Bens de Uso Comum do Povo	0,00	0,00	-	0,00
Bens Dominicais	0,00	0,00	-	0,00
Bens Imóveis em Andamento	10.263.504,72	8.322.966,11	23,32	3,70
HU/UFGD	503.776,77	503.776,77	0,00	0,18
UFGD	9.759.727,95	7.819.189,34	24,82	3,52
Instalações	38.767,97	0,00	0,00	0,01
HU/UFGD	0,00	0,00	-	0,00
UFGD	38.767,97	0,00	0,00	0,01
Demais Bens Imóveis	0,00	0,00	-	0,00
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	0,00	0,00	0,00	0,00
HU/UFGD	0,00	0,00	-	0,00
UFGD	0,00	0,00	0,00	0,00

Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00	-	0,00
Depreciação / Amortização Acumulada	-50.723,91	-1.565.178,74	-96,76	-0,02
HU/UFGD	0,00	0,00	-	0,00
UFGD	-50.723,91	-1.565.178,74	-96,76	-0,02
Total	277.541.165,25	272.809.085,03	1,73	100,00

Fonte: SIAFI.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(a.2) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação. O cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no tempo informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

De acordo com a Tabela 7, os Bens de Uso Especial correspondem a 96,31% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão, perfazendo o montante de R\$ 267.289.616,47, no exercício de 2022, a valores brutos.

Na Tabela 7, é observado um aumento de 23,32% na conta Bens Imóveis em Andamento, relacionado à Unidade Gestora UFGD, em relação ao período anterior. Esse incremento diz respeito às obras da Biblioteca da FADIR, Pátio para defensivos da FAECA, Pavimentação na Unidade II e Perfuração de poço tubular.

Em síntese, os Bens de Uso Especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos de Imóveis de Uso Educacional e Hospitais (Tabela 8).

Tabela 8 - Bens de Uso Especial – Composição

	31/12/2022	31/12/2021	AH(%)	AV(%)
Fazendas, Parques e Reservas	11.381.985,56	11.381.985,56	0,00	4,26
Terrenos, Glebas	405.000,00	405.000,00	0,00	0,15
Aquartelamentos	-	-	-	-
Imóveis de Uso Educacional	173.148.221,96	173.148.221,96	0,00	64,78
– Reitoria	12.770.000,00	12.770.000,00	0,00	4,80
– Unidade II	148.000.000,00	148.000.000,00	0,00	55,63
– Fadir	12.250.000,00	12.250.000,00	0,00	4,60
– Imóvel Ladário	128.221,96	128.221,96	0,00	0,05
Edifícios	-	-	-	-
Complexos, Fábricas e Usinas	-	-	-	-
Imóveis Residenciais e Comerciais	2.445.000,00	2.445.000,00	0,00	0,91
Aeroportos, Estações e Aeródromos	-	-	-	-
Hospitais	78.671.090,14	78.671.090,14	0,00	29,43
Autarquias/Fundações	1.238.318,81	0,00	-	0,46
Total	267.289.616,47	266.051.297,66	0,47	100,00

Fonte: SIAFI.

A conta Bens de Uso Especial teve pequena variação de 0,47%, conforme demonstrado na Tabela 8, referente ao registro da cessão de uso compartilhado entre a UFGD e o Departamento de Infraestrutura e Transporte (DNIT), de área localizada na Rua Amândio de Mattos Pereira, 185, Vila Industrial, Dourados (MS), no valor de R\$ 1.238.318,81.

[Voltar ao Sumário](#)

NE 05 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de *softwares*, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 2022, a UFGD apresentou um saldo de R\$ 1.175.229,52 relacionados a intangíveis.

Na Tabela 9, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para o ano de 2022, em comparação com o exercício de 2021. O saldo total da conta apresenta um aumento de 3,22%, sendo 54,27% referente a Unidade Gestora UFGD, que adquiriu novo sistema de telefonia institucional (central telefônica).

Tabela 9 - Intangível – Composição

	31/12/2022	31/12/2021	AH(%)	AV(%)
HU/UFGD				
Software com Vida Útil Definida	217.853,85	217.853,85	0,00	18,54
Software com Vida Útil Indefinida				
Amortização Acumulada	-191.912,70	-143.411,70	33,82	-16,33
UFGD				
Software com Vida Útil Definida	299.911,23	194.402,33	54,27	25,52
Software com Vida Útil Indefinida	1.016.090,87	1.014.300,87	0,18	86,46
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Definida	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização Acumulada	-166.713,73	-144.562,69	15,32	-14,19
Total	1.175.229,52	1.138.582,66	3,22	100,00

Fonte: SIAFI.

Foram concluídos os trabalhos da Comissão designada para implantação inicial dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, referente ao aspecto do reconhecimento, mensuração e evidenciação de seus ativos intangíveis e respectiva amortização na Unidade Gestora UFGD.

Os softwares da Unidade Gestora UFGD foram reclassificados de acordo com a vida útil. E durante o exercício de 2022, mensalmente, foram lançados os valores da amortização dos softwares com vida útil definida, totalizando o valor de R\$ 166.713,73.

Na Unidade Gestora HU/UFGD, o saldo do Intangível é composto por Softwares de Vida Útil definida, cujo montante é de R\$ 217.853,85, o qual mensalmente vem sendo amortizado.

[Voltar ao Sumário](#)

NE 06 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2022, a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD apresentou um saldo em aberto de R\$ 765.573,43, relacionados com fornecedores e contas a pagar, sendo essas obrigações a curto prazo e 99,96% de fornecedores nacionais, conforme Tabela 10.

Tabela 10 - Fornecedores e Contas a Pagar – Composição

	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Circulante	765.573,43	276.051,53	177,33	100,00
Nacionais	765.290,47	275.768,57	177,51	99,96
Estrangeiros	282,96	282,96	0,00	0,04
Total	765.573,43	276.051,53	177,33	100,00

Fonte: SIAFI.

Na continuação, apresenta-se a Tabela 11, relacionando-se as unidades gestoras do Órgão com os fornecedores e contas a pagar em 2022.

Tabela 11 - Fornecedores e Contas a Pagar – Unidade Gestora Contratante

	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Unidade Gestora – HU/UFGD	296,68	29.986,66	-99,01	0,04
Unidade Gestora – UFGD	765.276,75	246.064,87	211,01	99,96
Total	765.573,43	276.051,53	177,33	100

Fonte: SIAFI.

Na Tabela 12, relacionam-se os nove fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, em 31/12/2022.

Tabela 12 - Fornecedores e Contas a Pagar - Por Fornecedor

	31/12/2022	31/12/2021	AV (%)
Fornecedor A – 10.482.039/0001-46 – Fundação De Apoio Ao Ensino, Pesquisa E Extensão – Funaepe	560.000,00	0,00	73,15
Fornecedor B – 00.482.840/0001.38 – Liderança Limpeza e Conservação Ltda	88.965,11	89.355,52	11,62
Fornecedor C – 07.016.720/0001-94 – Reiaagro Distribuidora Eireli	38.491,00	38.491,00	5,03
Fornecedor D – 08.828.673/0001-46 – Técnica Riograndense de Obras Eireli	33.411,42	33.411,42	4,36
Fornecedor E – 85.447.969/0001-68 – Única Propaganda Ltda	22.566,11	22.566,11	2,95
Fornecedor F – 115406 – Empresa Brasil de Comunicação S.A	8.065,48	1.658,23	1,05
Fornecedor G – 09.069.299/0001-05 – Latuf Gomes Serviços Eireli	4.275,74	4.275,74	0,56
Fornecedor H – 18.036.465/0001-68 – Linkmais Tecnologia e Construção Eireli	3.059,16	3.059,16	0,40
Fornecedor I – 28.141.190/0004.29 – Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vitoria	2.122,47	2.122,47	0,28
Demais Fornecedores	4.616,94	81.111,88	0,60
Total	765.573,43	276.051,53	100,00

Fonte: SIAFI.

Os fornecedores A, B, C, D representam 94,16% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(a) Fornecedor A: 10.482.039/0001-46 – Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa E Extensão – Funape – refere-se a contratação de fundação para prestação de serviços de gerência financeira e administrativa na execução de projetos.

(b) Fornecedor B: 00.482.840/0001.38 – Liderança Limpeza e Conservação Ltda – refere-se a contratação de serviços de limpeza, conservação e higienização, jardinagem e roçada com fornecimento de materiais e equipamentos para atender as necessidades da UFGD.

(c) Fornecedor C: 07.016.720/0001-94 – Reiaagro Distribuidora Eireli – refere-se aquisição e instalação de estufa agrícola e viveiro de plantas telado.

(d) Fornecedor D: 08.828.673/0001-46 – Técnica Rio-Grandense de Obras Eireli – refere-se a compensação financeira entre o saldo credor à UFGD e a empresa Excede Construções e Planejamentos Ltda.

[Voltar ao Sumário](#)

NE 07 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Na conta Demais Obrigações a Curto Prazo, o item mais representativo, perfazendo 93,61% do total, é Transferências Financeiras a Comprovar. Esses valores foram oriundos do registro da apropriação de ativo na UG descentralizadora e de passivo na UG recebedora, decorrente de recursos orçamentários e financeiros, conforme Tabela 13.

Tabela 13 - Demais Obrigações a Curto Prazo – Composição

PASSIVO	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)	R\$
Demais obrigações a Curto Prazo					
Valores Restituíveis	2.258.855,13	2.190.291,52	3,13	5,65	
HU/UFGD	332.666,24	308.825,88	7,72	0,83	
UFGD	1.926.188,89	1.881.465,64	2,38	4,82	
Outras obrigações a Curto Prazo	37.721.281,17	44.083.747,37	-14,43	94,35	
Outras Obrigações a Curto Prazo – Composição	294.773,80	287.915,53	2,38	0,74	
HU/UFGD	217.622,77	183.910,13	18,33	0,54	
UFGD	77.151,03	104.005,40	-25,82	0,19	
Outras Obrigações a Curto Prazo – Intra OFSS	37.426.507,37	43.795.831,84	-14,54	93,61	
Transferências Financeiras a Comprovar – TED	37.426.507,37	43.795.831,84	-14,54	93,61	
HU/UFGD	3.402.469,85	6.651.112,35	-48,84	8,51	
UFGD	34.024.037,52	37.144.719,49	-8,40	85,10	
Total	39.980.136,30	46.274.038,89	-13,60	100,00	

Fonte: SIAFI.

Considerando que a contrapartida do referido lançamento é uma variação patrimonial diminutiva de Incorporação de Passivos, esses registros influenciaram negativamente na apuração do Resultado Patrimonial do período de 2019, ano de implantação dessa rotina, pois aumentou significativamente o saldo da conta Variações Patrimoniais Diminutivas, conforme está apresentado nas Notas Explicativas à Demonstração das Variações Patrimoniais do Exercício de 2019.

[Voltar ao Sumário](#)

NE 08 – Precatórios

Precatórios e requisições de pequeno valor (RPV) são requisições expedidas pelos tribunais para que os entes públicos (neste caso, a União), façam os pagamentos a que foram condenados nos processos judiciais. Esses valores precisam ser incluídos na Lei Orçamentária Anual para serem pagos.

Se requeridos até 1º de julho de cada ano, passam a compor a proposta orçamentária do ano seguinte.

Em 2022 não houve movimentação de precatórios na UFGD.

[Voltar ao Sumário](#)

NE 09 – Obrigações Contratuais

Em 2022, o Órgão possuía um saldo de R\$ 37.195.438,49, relacionados a obrigações contratuais e às parcelas de contratos que serão executadas no(s) próximo(s) exercício(s).

Devido ao contrato de gestão nº 30/2013, celebrado entre a Fundação Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), a partir do exercício de 2020, o HU/UFGD iniciou a operacionalização da Unidade Gestora 15506, Gestão 26443, vinculada a Ebserh, nesse sentido os contratos vigentes a época foram sub-rogados para a filial da Ebserh, extinguindo assim todas as obrigações contratuais firmadas junto a Unidade Gestora HU/UFGD, Gestão UFGD.

A seguir, apresenta-se a Tabela 14, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos e Unidade Gestora.

Tabela 14 - Obrigações Contratuais - Composição

	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Aluguéis	0,00	14.680,00	-100,00	0,00
HU	0,00	0,00	0,00	0,00
UFGD	0,00	14.680,00	-100,00	0,00

Fornecimento de Bens	191.850,00	106.309,34	80,46	0,52
HU	0,00	0,00	0,00	0,00
UFGD	191.850,00	106.309,34	80,46	0,52
Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Seguros	18.240,02	0,00	0,00	0,05
HU	0,00	0,00	0,00	0,00
UFGD	18.240,02	0,00	0,00	0,05
Serviços	36.985.348,47	7.006.908,23	427,84	99,44
HU	0,00	702.714,51	-100,00	0,00
UFGD	36.985.348,47	6.304.193,72	486,68	99,44
Demais	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	37.195.438,49	7.127.897,57	421,83	100,00

Fonte: SIAFI.

Em 2022, a maioria das obrigações contratuais (99,44%) está relacionada a Contratos de Serviços.

Em seguida, apresenta-se a Tabela 15, contendo a relação de Unidades Gestoras contratantes pertencentes ao Órgão e os valores na data base de 31/12/2022.

Tabela 15 - Obrigações Contratuais - Por Unidade Gestora Contratante

	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Unidade Gestora HU/UFGD	0,00	702.714,51	-100,00	0,00
Unidade Gestora UFGD	37.195.438,49	6.425.183,06	478,90	100,00
Total	37.195.438,49	7.127.897,57	421,83	100,00

Fonte: SIAFI.

Após conclusão de comissão criada para regularização dos lançamentos referentes aos contratos celebrados com a Unidade Gestora UFGD, a unidade passou a registrar os valores dos contratos e aditivos, conforme a sua assinatura. O que justifica o aumento de 486,68% no saldo da conta, passando portanto, a refletir a realidade da Unidade Gestora.

Na Tabela 16, relacionam-se os 06 (seis) contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2022.

Tabela 16 - Obrigações Contratuais - Por Contratado

	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Contratado A – ICGD04011 – 15.413.826/0001-50 – Energisa MS – Proc 4729/2011-71	6.327.611,32	0,00	0,00	17,01
Contratado B – ICGD01420 – 08.112.812/0001-30 – Stilo Segurança	4.251.507,97	0,00	0,00	11,43
Contratado C – ICGD00720 – 00.482.840/0001-38 – Liderança Limpeza e Conservação	3.613.455,84	0,00	0,00	9,71
Contratado D – ICGD00621 – 23.170.931/0001-33 – Murano Const – Proc 26366/2020	3.254.423,86	0,00	0,00	8,75
Contratado E – ICGD02219 – 24.929.614/0001-10 – Miranda Turismo e Representação	2.307.591,04	0,00	0,00	6,20
Contratado F – ICGD02619 – 12.039.966/0001-11 – Linkcard Adm. de Benefícios	1.379.995,50	0,00	0,00	3,71

Demais	16.060.852,96	7.127.897,57	125,32	43,18
Total	37.195.438,49	7.127.897,57	421,83	100,00

Fonte: SIAFI.

Em relação aos contratados A, B e C, eles representam 38,15% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(a) Contratado A: ICGD04011 – 15.413.826/0001-50 – Energisa MS – Refere-se ao fornecimento de energia elétrica para a Unidade II UFGD.

(b) Contratado B: ICGD01420 – 08.112.812/0001-30 – Stilo Segurança – Refere-se a contratação de empresa para serviços de segurança para as unidades da UFGD.

(c) Contratado C: ICGD00720 – 00.482.840/0001-38 – Liderança Limpeza e Conservação – Refere-se a contratação de empresa para serviços continuados de limpeza, conservação e higienização das unidades da UFGD.

[Voltar ao Sumário](#)

5 – Notas Explicativas à Demonstração das Variações Patrimoniais

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio no exercício corrente, isto é, evidencia as alterações nos bens, direitos e obrigações do órgão, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, agregado ao Patrimônio Líquido no grupo de “Resultados Acumulados”, item Resultado do Exercício.

Em suma, a DVP evidencia a contrapartida dos registros realizados nos demais demonstrativos.

NE 10 – Resultado Patrimonial do Período

Em 31/12/2022, a UFGD apresentou um resultado patrimonial positivo de R\$ 10.935.442,54. As variações patrimoniais aumentativas (incorporações de ativos e desincorporações de passivos) foram maiores que as variações diminutivas (desincorporações de ativos e incorporações de passivos), conforme Tabela 17.

Tabela 17 - Resultado Patrimonial

	R\$		
Demonstração das Variações Patrimoniais	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	355.982.129,77	464.310.995,40	-23,33
HU	46.566.205,33	52.990.875,42	-12,12
UFGD	309.415.924,44	411.320.119,98	-24,77
Variações Patrimoniais Diminutivas	345.046.687,23	404.313.759,84	-14,66
HU	45.348.990,52	67.230.518,03	-32,55
UFGD	299.697.696,71	337.083.241,81	-11,09
Resultado Patrimonial do Período	10.935.442,54	59.997.235,56	-81,77
HU	1.217.214,81	-14.239.642,61	-108,55
UFGD	9.718.227,73	74.236.878,17	-86,91

Fonte: SIAFI.

[Voltar ao Sumário](#)

NE 11 – Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas

Das Variações Patrimoniais Aumentativas, o item mais representativo no período foi de Transferências e Delegações Recebidas, com R\$ 339.424.333,48, representando 95,35% do total das VPAs, conforme demonstrado na Tabela 18.

Tabela 18 - Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas

	R\$			
Demonstração das Variações Patrimoniais	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	355.982.129,77	464.310.995,40	-23,33	100,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	3.063.766,21	494.710,51	519,30	0,86
HU	269.252,31	72,20	372.825,64	0,08
UFGD	2.794.513,90	494.638,31	464,96	0,79
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
HU	0,00	0,00	0,00	0,00
UFGD	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	339.424.333,48	330.761.616,50	2,62	95,35
HU	38.727.381,72	38.443.036,67	0,74	10,88
UFGD	300.696.951,76	292.318.579,83	2,87	84,47
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	12.122.464,52	131.979.876,72	-90,81	3,41
HU	7.517.980,83	14.481.810,36	-48,09	2,11
UFGD	4.604.483,69	117.498.066,36	-96,08	1,29
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.371.565,56	1.074.791,67	27,61	0,39
HU	51.590,47	65.956,19	-21,78	0,01
UFGD	1.319.975,09	1.008.835,48	30,84	0,37

Fonte: SIAFI.

As Transferências Financeiras Recebidas – Resultantes da Execução Orçamentária – são compostas, em sua grande maioria, pelas rubricas:

- cota;
- repasso; e
- sub-repasso.

Elas representam a disponibilidade financeira recebida correspondente aos recursos orçamentários registrados no Balanço Orçamentário e consignados na LOA, da seguinte forma:

- Recursos financeiros recebidos pelo MEC do Tesouro Nacional: cota;
- Recursos financeiros recebidos pelas universidades, institutos e outros órgãos vinculados ao MEC: repasso;
- Recursos financeiros recebidos pelas unidades gestoras e campi de cada universidade e/ou instituto: sub-repasso.

Há também as Transferências Financeiras (Recebidas) – Independentes da Execução Orçamentária – que são compostas, em sua grande maioria, pelos recursos destinados ao pagamento de restos a pagar, que englobam os recursos recebidos pelo MEC, da COFIN/STN, e de outros órgãos da administração pública.

Na Tabela 19 pode-se visualizar que as Transferências Intragovernamentais são as mais representativas, perfazendo 94,86% das VPAs.

Tabela 19 - Composição das Transferências e Delegações Recebidas

	R\$			
Variações Patrimoniais Aumentativas	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	355.982.129,77	464.310.995,40	-23,33	100
Transferências e Delegações Recebidas	339.424.333,48	330.761.616,50	2,62	95,35
Transferências Intragovernamentais	337.673.156,76	330.305.861,38	2,23	94,86
HU	38.727.381,72	38.440.164,41	0,75	10,88

UFGD	298.945.775,04	291.865.696,97	2,43	83,98
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	-	0,00
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00	-	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00	-	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00	-	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	-	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	0,00	0,00	-	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	-	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.751.176,72	455.755,12	284,24	0,49
HU	0,00	2.872,26	-100,00	0,00
UFGD	1.751.176,72	452.882,86	286,67	0,49

Fonte: SIAFI.

[Voltar ao Sumário](#)

NE 12 – Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas

Das Variações Patrimoniais Diminutivas, o item mais representativo no período foi de Pessoal e Encargos que, somado com os Benefícios Previdenciários e Assistenciais, representam 73,26% do total das VPDs, conforme demonstrado na Tabela 20.

Tabela 20 - Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas

Demonstração das Variações Patrimoniais	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Variações Patrimoniais Diminutivas	345.046.687,23	404.313.759,84	-14,66	96,93
Pessoal e Encargos	238.157.445,71	235.859.279,26	0,97	66,90
HU	33.374.791,74	34.458.211,66	-3,14	9,38
UFGD	204.782.653,97	201.401.067,60	1,68	57,53
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	22.655.139,47	21.284.527,22	6,44	6,36
HU	1.386.967,95	1.226.607,89	13,07	0,39
UFGD	21.268.171,52	20.057.919,33	6,03	5,97
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	29.701.495,19	25.306.786,42	17,37	8,34
HU	1.582.562,63	1.795.398,15	-11,85	0,44
UFGD	28.118.932,56	23.511.388,27	19,60	7,90
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	367.237,12	10.660,04	3.344,99	0,10
HU	269.252,31	0,00	0,00	0,08
UFGD	97.984,81	10.660,04	819,18	0,03
Transferências e Delegações Concedidas	37.667.587,83	37.054.817,88	1,65	10,58
HU	1.227.349,38	145.545,34	743,28	0,34
UFGD	36.440.238,45	36.909.272,54	-1,27	10,24
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	6.597.297,47	73.615.400,03	-91,04	1,85
HU	4.193.466,98	26.638.869,74	-84,26	1,18
UFGD	2.403.830,49	46.976.530,29	-94,88	0,68
Tributárias	725.908,20	554.149,57	30,99	0,20

HU	479.481,81	494.484,18	-3,03	0,13
UFGD	246.426,39	59.665,39	313,01	0,07
Custo – Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	0,00	0,00	-	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	9.174.576,24	10.628.139,42	-13,68	2,58
HU	2.835.117,72	2.471.401,07	14,72	0,80
UFGD	6.339.458,52	8.156.738,35	-22,28	1,78

Fonte: SIAFI.

Pode-se visualizar que o item Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos teve uma redução de 91,04%, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 21 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Demonstração das Variações Patrimoniais	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	6.597.297,47	73.615.400,03	-91,04	1,85
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	3.104,13	569.600,55	-99,46	0,00
HU	0,00	0,00	0,00	0,00
UFGD	3.104,13	569.600,55	-99,46	0,00
Perdas com Alienação	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	1.886,60	14.199,46	-86,71	0,00
HU	0,00	0,00	0,00	0,00
UFGD	1.886,60	14.199,46	-86,71	0,00
Incorporação de Passivos	5.479.259,73	4.999.338,80	9,60	1,54
HU	4.193.466,98	2.966.289,26	41,37	1,18
UFGD	1.285.792,75	2.033.049,54	-36,76	0,36
Desincorporação de Ativos	1.113.047,01	68.032.261,22	-98,36	0,31
HU	0,00	23.672.580,48	-100,00	0,00
UFGD	1.113.047,01	44.359.680,74	-97,49	0,31

Fonte: SIAFI.

[Voltar ao Sumário](#)

6 – Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário

A seguir, são detalhados os itens mais relevantes do demonstrativo contábil.

NE 13 – Receitas

Em 2022, as receitas realizadas na UFGD atingiram o montante de R\$ 3.636.843,85, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o total de R\$ 312.835.937,17, gerando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 309.199.093,32.

Essa disparidade pode ser justificada pelas informações de que a coluna da Previsão Atualizada, assim como a das Receitas Realizadas contêm os valores correspondentes às receitas próprias arrecadadas pelos órgãos, não se computando os créditos orçamentários recebidos correspondentes às despesas fixadas (Dotação Atualizada); e a de que os créditos orçamentários não são mais demonstrados no BO, face à metodologia de elaboração do BO por “ente” e não por “órgão/UG”.

Para compreender essa situação, deve-se reportar ao Balanço Financeiro e identificar que os recursos financeiros (Transferências Financeiras Recebidas – dependentes da execução orçamentária), registradas do lado dos Ingressos correspondem aos créditos orçamentários recebidos, e perfazem o total de R\$ 319.748.501,68. Portanto, o total das disponibilidades financeiras (Receitas Orçamentárias e Transferências Financeiras Recebidas – dependentes da execução orçamentária), no montante de R\$ 323.385.345,53, foram suficientes para atender às despesas empenhadas em 2022, que foram de R\$ 312.835.937,17.

Pela análise da Tabela 22, as receitas realizadas somaram R\$ 3.636.843,85 e 100% corresponde a receitas correntes.

As despesas empenhadas (R\$ 312.835.937,17) alcançaram 100,57% do total da Dotação Atualizada (R\$ 311.047.590,00), sendo que 96,29% correspondem à despesa corrente.

Tabela 22 - Receitas e Despesas por Categoria Econômica

					R\$
Categoria Econômica	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Real/Exec (%)	AV (%)	
Receitas correntes	3.739.034,00	3.636.843,85	97,27	100,00	
HU	0,00	0,00	-	0,00	
UFGD	3.739.034,00	3.636.843,85	97,27	100,00	
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
HU	0,00	0,00	-	0,00	
UFGD	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total das Receitas	3.739.034,00	3.636.843,85	97,27	100,00	
Categoria Econômica	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Real/Exec (%)	AV (%)	
Despesas correntes	299.305.685,00	301.245.210,42	100,65	96,29	
HU	36.249.636,00	38.171.168,92	105,30	12,20	
UFGD	263.056.049,00	263.074.041,50	100,01	84,09	
Despesas de Capital	11.741.905,00	11.590.726,75	98,71	3,71	
HU	0,00	0,00	0,00	0,00	

UFGD	11.741.905,00	11.590.726,75	98,71	3,71
Total das Despesas	311.047.590,00	312.835.937,17	100,57	100,00
Superavit/(Deficit)		-309.199.093,32		

Fonte: SIAFI.

Comparando-se as receitas realizadas em 2022, com exercício de 2021, verifica-se que as receitas correntes tiveram um aumento de 198,12% na sua arrecadação, conforme demonstrado na Tabela 23.

São da categoria econômica “Receitas Correntes” que se destinam os recursos para pagamento de pessoal, encargos sociais e as despesas de custeio que financiam as atividades de manutenção administrativa, denominada de Outras Despesas Correntes.

Tabela 23 - Receitas Realizadas - Categoria Econômica

Categoria Econômica	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Receitas Correntes	3.636.843,85	1.219.930,41	198,12	100,00
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Receitas	3.636.843,85	1.219.930,41	198,12	100,00

Fonte: SIAFI.

Na Tabela 24 é apresentada a composição das receitas correntes realizadas.

Na comparação de 2022, com o exercício de 2021, houve aumentos e as maiores referem-se às contas: Receita de Serviços (Serviços Administrativos e Comerciais Gerais) que representa 50,53% do total, com aumento de 297,02%.

Tabela 24 - Receitas Correntes Realizadas - Composição

Origem da Receita	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Receita Patrimonial				
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	170.575,70	31.880,73	435,04	4,69
Receita Agropecuária	786.411,60	0,00	0,00	21,62
Receita de Serviços				
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.837.526,60	462.829,78	297,02	50,53
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes				
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	528.804,04	584.610,66	-9,55	14,54
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	313.525,91	140.609,24	122,98	8,62
Total das Receitas	3.636.843,85	1.219.930,41	198,12	100,00

Fonte: SIAFI.

[Voltar ao Sumário](#)

NE 14 – Despesas

A despesa pública corresponde ao compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder Legislativo, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade, prevista/fixada no orçamento.

Na Tabela 25, estão demonstradas a dotação atualizada e as respectivas despesas empenhadas (executadas), por grupo de despesa, conforme classificação orçamentária.

Os grupos de Pessoal, Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes se referem à categoria econômica Despesas Correntes; enquanto que os grupos de Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida referem-se à categoria Despesas de Capital.

Pelos dados da Tabela 25, as Despesas Correntes tiveram um pequeno incremento de 3,16% em 2022, comparado ao exercício de 2021. O grupo Investimentos, teve um aumento de 364,47% em 2022, em relação ao exercício anterior.

Analisando o total das despesas empenhadas, em relação à dotação atualizada, do exercício de 2022, foram executados 100,57% da dotação atualizada.

Tabela 25 - Despesas Fixadas e Empenhadas por Grupo - Composição

R\$

Grupo de Despesa	31/12/2022		31/12/2021		AH Emp (%)	Emp/Dot 2022 (%)
	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		
1 – Pessoal e Encargos Sociais	249.804.804,00	247.004.713,43	245.426.095,00	243.126.779,63	1,60	98,88
HU	32.945.428,00	31.800.067,07	33.319.754,00	32.171.446,65	-1,15	96,52
UFGD	216.859.376,00	215.204.646,36	212.106.341,00	210.955.332,98	2,01	99,24
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	49.500.881,00	54.240.496,99	46.705.222,00	48.876.619,53	10,97	109,57
HU	3.304.208,00	6.371.101,85	3.187.722,00	6.129.112,42	3,95	192,82
UFGD	46.196.673,00	47.869.395,14	43.517.500,00	42.747.507,11	11,98	103,62
Subtotal Desp. Correntes	299.305.685,00	301.245.210,42	292.131.317,00	292.003.399,16	3,16	100,65
4 – Investimentos	11.741.905,00	11.590.726,75	3.545.658,00	2.495.493,20	364,47	98,71
HU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
UFGD	11.741.905,00	11.590.726,75	3.545.658,00	2.495.493,20	364,47	98,71
5-Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização Dívida	-	-	-	-	-	-
Subtotal Desp. Capital	11.741.905,00	11.590.726,75	3.545.658,00	2.495.493,20	364,47	98,71
9 – Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-
Total	311.047.590,00	312.835.937,17	295.676.975,00	294.498.892,36	6,23	100,57

Fonte: SIAFI.

Do montante das despesas empenhadas em 2022, R\$ 6.326.589,68 referem-se às descentralizações recebidas, conforme Tabela 26.

Tabela 26 - Descentralizações Recebidas

R\$

Órgão	31/12/2022	31/12/2021	AH(%)	AV(%)
Ministério da Agric. Pecuária e Abastecimento	0,00	500.000,00	-100,00	0,00
.....HU/UFGD	0,00	0,00	0,00	0,00
.....UFGD	0,00	500.000,00	-100,00	0,00
Fundação Escola de Administração Pública – Enap	1.200,16	2.100,21	-42,86	0,02
.....HU/UFGD	1.200,16	0,00	0,00	0,02
.....UFGD	0,00	2.100,21	-100,00	0,00
Ministério da Educação	4.449.124,25	3.040.681,31	46,32	70,32
.....HU/UFGD	3.402.469,85	2.965.681,31	14,73	53,78
.....UFGD	1.046.654,40	75.000,00	1.295,54	16,54
Instituto Nacional de Educação de Surdos	0,00	19.000,77	-100,00	0,00
.....HU/UFGD	0,00	0,00	0,00	0,00
.....UFGD	0,00	19.000,77	-100,00	0,00
Fund. Coord. de Aperf. de Pessoal Nível Superior	885.601,00	878.538,00	0,80	14,00
.....HU/UFGD	0,00	0,00	0,00	0,00
.....UFGD	885.601,00	878.538,00	0,80	14,00
Fundação Universidade Fed. da Grande Dourados	263.178,83	287.030,23	-8,31	4,16
.....HU/UFGD	263.178,83	287.030,23	-8,31	4,16
.....UFGD	0,00	0,00	0,00	0,00
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	1.201,36	0,00	0,00	0,02
.....HU/UFGD	0,00	0,00	0,00	0,00
.....UFGD	1.201,36	0,00	0,00	0,02
Empresa Brasil. de Serv. Hospitalares – Ebserh	10.034,08	14.907,68	-32,69	0,16
.....HU/UFGD	0,00	0,00	0,00	0,00
.....UFGD	10.034,08	14.907,68	-32,69	0,16
Ministério da Justiça e Segurança Pública	459.000,00	2.100,21	21.754,96	7,26
.....HU/UFGD	0,00	0,00	0,00	0,00
.....UFGD	459.000,00	2.100,21	21.754,96	7,26
Ministério da Cidadania	142.250,00	0,00	0,00	2,25
.....HU/UFGD	0,00	0,00	0,00	0,00
.....UFGD	142.250,00	0,00	0,00	2,25
Ministério dos Direitos Humanos – MDH	115.000,00	0,00	0,00	1,82
.....HU/UFGD	0,00	0,00	0,00	0,00
.....UFGD	115.000,00	0,00	0,00	1,82
TOTAL	6.326.589,68	4.744.358,41	33,35	100,00
.....HU/UFGD	3.666.848,84	3.252.711,54	12,73	57,96
.....UFGD	2.659.740,84	1.491.646,87	78,31	42,04

Fonte: SIAFI.

[Voltar ao Sumário](#)

NE 15 – Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

As despesas inscritas em Restos a Pagar, inscritas em exercícios anteriores e em 31/12 do exercício anterior, totalizava R\$ 44.738.676,28 e está distribuída, conforme demonstrado na Tabela 27.

Tabela 27 - Restos a Pagar - Composição

	31/12/2022	31/12/2021	AH(%)	AV(%)
RP NÃO PROCESSADOS	26.573.520,81	30.458.160,64	-12,75	59,40
.....HU/UGFD	86.982,86	1.083.901,57	-91,98	0,19
.....UGFD	26.486.537,95	29.374.259,07	-9,83	59,20
RP PROCESSADOS	18.165.155,47	18.406.504,68	-1,31	40,60
.....HU/UGFD	2.372.447,73	2.434.815,05	-2,56	5,30
.....UGFD	15.792.707,74	15.971.689,63	-1,12	35,30
TOTAL	44.738.676,28	48.864.665,32	-8,44	100,00

Fonte: SIAFI.

De acordo com a Tabela 27, 59,40% dos valores inscritos em restos a pagar estão na conta de restos a pagar não processados, com uma redução de 12,75% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Dos valores inscritos em restos a pagar não processados, a UFGD possui o maior volume, correspondendo a 59,20% dos valores inscritos, entretanto, o HU/UGFD possui a maior redução, de 91,98%, em comparação ao exercício anterior.

Quanto à execução de restos a pagar inscritos não processados, conforme Tabela 28 foram liquidados 65,42% e cancelados 14,01% dos valores inscritos.

A unidade gestora UFGD foi responsável por 99,94% dos valores liquidados. Desses valores, 72,39% são referentes aos Restos a Pagar não Processados inscritos no ano de 2021.

Dos valores cancelados, destaca-se a unidade gestora UFGD, que foi responsável por 97,84% do total. Desses valores, 77,10% correspondem aos Restos a Pagar não Processados inscritos no ano de 2019.

[Voltar ao Sumário](#)

Tabela 28 - Restos a Pagar – Execução por Ano

	Inscritos/ Reinscritos (a)	AV Insc e Reinscr (%)	Liquidados (b)	Liq/Insc e Reinsc (%)	AV Liq (%)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Canc/Insc e Reinscr (%)	AV Canc (%)	Saldo (e=a-c-d)	AV Saldo (%)
RP não Processados	26.573.520,81	59,40	17.384.919,79	65,42	100,00	17.294.959,29	3.722.814,83	14,01	97,84	5.555.746,69	94,54
HU/UGFD	86.982,86	0,19	10.982,86	12,63	0,06	10.982,86	0,00	0,00	0,00	76.000,00	1,29
2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	10.982,86	0,02	10.982,86	100,00	0,06	10.982,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	76.000,00	0,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.000,00	1,29
UFGD	26.486.537,95	59,20	17.373.936,93	65,60	99,94	17.283.976,43	3.722.814,83	14,06	97,84	5.479.746,69	93,25
2021	15.704.936,04	35,10	12.585.249,75	80,14	72,39	12.496.758,27	132.140,18	0,84	3,47	3.076.037,59	52,34
2020	6.642.183,26	14,85	3.582.819,56	53,94	20,61	3.581.483,56	657.123,62	9,89	17,27	2.403.576,08	40,90
2019	4.139.418,65	9,25	1.205.867,62	29,13	6,94	1.205.734,60	2.933.551,03	70,87	77,10	133,02	0,00

R\$

Relatório Contábil de Propósitos Gerais da UFGD
Demonstrações Contábeis Consolidadas da UFGD

RCPG
2022



	Inscritos/ Reinscritos (a)	AV Insc e Reinscr (%)	Liquidados (b)	Liq/Insc e Reinsc (%)	AV Liq (%)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Canc/Insc e Reinscr (%)	AV Canc (%)	Saldo (e=a-c-d)	AV Saldo (%)
RP Processados	18.165.155,47	40,60				17.762.114,14	82.258,74	0,45	2,16	320.782,59	5,46
HU/UFGD	2.372.447,73	5,30				2.298.111,59	74.336,14	3,13	1,95	0,00	0,00
2021	2.354.389,14	5,26				2.296.805,51	57.583,63	2,45	1,51	0,00	0,00
2020	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	1.111,46	0,00				1.111,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	3.292,72	0,01				194,62	3.098,10	94,09	0,08	0,00	0,00
2017	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2013	13.654,41	0,03				0,00	13.654,41	100,00	0,36	0,00	0,00
UFGD	15.792.707,74	35,30				15.464.002,55	7.922,60	0,05	0,21	320.782,59	5,46
2021	15.085.261,60	33,72				15.073.089,89	0,00	0,00	0,00	12.171,71	0,21
2020	416.101,49	0,93				307.532,59	180,71	0,04	0,00	108.388,19	1,84
2019	92.249,67	0,21				70.307,37	102,25	0,11	0,00	21.840,05	0,37
2018	26.051,79	0,06				4.316,00	6.827,12	26,21	0,18	14.908,67	0,25
2017	24.200,49	0,05				0,00	59,71	0,25	0,00	24.140,78	0,41
2016	1.552,81	0,00				800,00	752,81	48,48	0,02	0,00	0,00
2015	3.030,38	0,01				1.159,02	0,00	0,00	0,00	1.871,36	0,03
2014	77.436,67	0,17				6.797,68	0,00	0,00	0,00	70.638,99	1,20
2013	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	66.822,84	0,15				0,00	0,00	0,00	0,00	66.822,84	1,14
TOTAL	44.738.676,28	100,00	17.384.919,79		100,00	35.057.073,43	3.805.073,57	8,51	100,00	5.876.529,28	100,00

Fonte: SIAFI.

7 – Notas Explicativas ao Balanço Financeiro

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

As Tabelas 29 e 30 apresentam os ingressos e os dispêndios ocorridos no exercício de 2022. Verifica-se que as receitas e as despesas orçamentárias tiveram aumento de 198,12% e 6,23%, respectivamente.

NE 16 – Ingressos

Os recebimentos extraorçamentários tiveram um aumento de 28,98% e os pagamentos extraorçamentários tiveram uma redução de 1,16%.

Quanto às Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, verifica-se que tiveram um aumento de 2,23% e 1,42%, respectivamente, em relação ao exercício anterior.

Tabela 29 - Total de Ingressos

	R\$			
INGRESSOS	31/12/2022	31/12/2021	AH	AV (%)
Receitas Orçamentárias	3.636.843,85	1.219.930,41	198,12	0,90
HU/UFGD	0,00	0,00	0,00	0,00
UFGD	3.636.843,85	1.219.930,41	198,12	0,90
Transferências Financeiras Recebidas	337.673.156,76	330.305.861,38	2,23	83,12
HU/UFGD	38.727.381,72	38.440.164,41	0,75	9,53
UFGD	298.945.775,04	291.865.696,97	2,43	73,59
Recebimentos Extraorçamentários	44.021.188,83	34.130.026,65	28,98	10,84
HU/UFGD	2.436.661,15	2.922.231,65	-16,62	0,60
UFGD	41.584.527,68	31.207.795,00	33,25	10,24
Saldo do Exercício Anterior	20.925.619,19	22.318.381,02	-6,24	5,15
HU/UFGD	2.976.155,64	3.056.712,71	-2,64	0,73
UFGD	17.949.463,55	19.261.668,31	-6,81	4,42
TOTAL	406.256.808,63	387.974.199,46	4,71	100,00

Fonte: SIAFI.

[Voltar ao Sumário](#)

NE 17 – Dispêndios

Verifica-se que um dos itens de maior representatividade monetária registrado no BF se refere às Transferências Financeiras Recebidas, no total de R\$ 337.673,156,76.

Tabela 30 - Total de Dispêndios

	R\$			
DISPÊNDIOS	31/12/2022	31/12/2021	AH	AV (%)
Despesas Orçamentárias	312.835.937,17	294.498.892,36	6,23	77,00
HU/UFGD	38.171.168,92	38.300.559,07	-0,34	9,40
UFGD	274.664.768,25	256.198.333,29	7,21	67,61
Transferências Financeiras Concedidas	37.315.255,03	36.793.167,13	1,42	9,19
HU/UFGD	1.227.349,38	115.934,91	958,65	0,30
UFGD	36.087.905,65	36.677.232,22	-1,61	8,88
Pagamentos Extraorçamentárias	35.341.346,27	35.756.520,78	-1,16	8,70
HU/UFGD	2.365.346,54	3.026.459,15	-21,84	11,39
UFGD	32.975.999,73	32.730.061,63	0,75	158,81
Saldo para o Exercício Seguinte	20.764.270,16	20.925.619,19	-0,77	5,11
HU/UFGD	2.376.333,67	2.976.155,64	-20,15	0,58
UFGD	18.387.936,49	17.949.463,55	2,44	4,53
TOTAL	406.256.808,63	387.974.199,46	4,71	100,00

Fonte: SIAFI.

As Transferências Financeiras – Resultantes da Execução Orçamentária, são compostas, em sua grande maioria, pelas rubricas: a) cota; b) repasse; e c) sub-repasse.

Elas representam a disponibilidade financeira correspondente aos recursos orçamentários (créditos orçamentários) aprovados pela LOA, movimentados da seguinte forma:

- a) Recursos financeiros recebidos pelo MEC do Tesouro Nacional: cota;
- b) Recursos financeiros recebidos pelas universidades, institutos e outros do MEC: repasse;
- c) Recursos financeiros recebidos pelas unidades gestoras e *campi* de cada universidade ou instituto: sub-repasse.

As Transferências Financeiras (Recebidas) – Independentes da Execução Orçamentária – são compostas, em sua grande maioria, pelos recursos destinados ao pagamento de restos a pagar, que englobam os recursos recebidos pelo MEC, da COFIN/STN, e de outros órgãos da administração pública.

O resultado financeiro do exercício de 2022 foi deficitário em R\$ 161.349,03. Há duas metodologias de cálculo, apresentadas conforme Tabelas 31 e 32.

Pela metodologia 1, o resultado financeiro é obtido pela dedução dos dispêndios do total dos ingressos, não se computando o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa tanto do lado dos Ingressos quanto do lado dos Dispêndios.

Tabela 31 - Resultado Financeiro - Metodologia 1

	R\$		
(+) INGRESSOS	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Receitas Orçamentárias	3.636.843,85	1.219.930,41	198,12
Transferências Financeiras Recebidas	337.673.156,76	330.305.861,38	2,23
Recebimentos Extraorçamentários	44.021.188,83	34.130.026,65	28,98
(-) DISPÊNDIOS			
Despesas Orçamentárias	312.835.937,17	294.498.892,36	6,23
Transferências Financeiras Concedidas	37.315.255,03	36.793.167,13	1,42

Despesas Extraorçamentárias	35.341.346,27	35.756.520,78	-1,16
(=) Resultado Financeiro	-161.349,03	-1.392.761,83	-88,42

Fonte: SIAFI.

Pela metodologia 2, o resultado financeiro é obtido pela dedução do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do “exercício anterior” do saldo da mesma conta apurado no exercício corrente e que se transfere para o “exercício seguinte”.

Tabela 32 - Resultado Financeiro - Metodologia 2

R\$

DISPÊNDIOS	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
(+) Saldo para o Exercício Seguinte	20.764.270,16	20.925.619,19	-0,77
INGRESSOS			
(-) Saldo do Exercício Anterior	20.925.619,19	22.318.381,02	-6,24
(=) Resultado Financeiro	-161.349,03	-1.392.761,83	-88,42

Fonte: SIAFI.

[Voltar ao Sumário](#)

8 – Notas Explicativas à Demonstração de Fluxo de Caixa

A seguir, são detalhados os itens mais relevantes ao demonstrativo.

NE 18 – Evolução da Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.

Em decorrência do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC é correspondente ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro (BF). Portanto, no exercício de 2022, a geração líquida de caixa foi negativa em R\$ 161.349,03, entretanto, apresentando uma significativa redução de 88,42 % em relação ao mesmo período de 2021, conforme Tabela 33.

Tabela 33 - Resultado Financeiro BF x DFC

	R\$		
Resultado Financeiro BF x DFC	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Caixa e Equivalente de Caixa Final (Ex. Seguinte)	20.764.270,16	20.925.619,19	-0,77
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial (Ex. Anterior)	20.925.619,19	22.318.381,02	-6,24
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	-161.349,03	-1.392.761,83	-88,42

Fonte: SIAFI.

As atividades das Demonstrações dos Fluxos de Caixa seguem conforme Tabela 34.

Tabela 34 - Atividades DFC

	R\$		
Atividades	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Fluxos de Caixa das Atividades das Operações	4.808.827,38	1.528.973,02	214,51
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	-4.970.176,41	-2.921.734,85	70,11
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-	-

Fonte: SIAFI.

[Voltar ao Sumário](#)

NE 19 – Atividades Operacionais – Composição dos Ingressos.

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

No exercício de 2022, os ingressos mais expressivos para a UFGD, na DFC, foram o de Transferências Financeiras Recebidas que somaram R\$ 337.673.156,76. O valor equivale a 98,69% do total de ingressos. Esse valor apresentou um acréscimo de 2,23% em relação ao ano de 2021, conforme demonstrado na Tabela 35.

Tabela 35 - Atividades Operacionais – Composição dos Principais Ingressos

	R\$			
Atividades Operacionais – Ingressos	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
INGRESSOS	342.172.288,80	332.511.231,66	2,91	100,00
Receitas Derivadas e Originárias	3.636.843,85	1.219.930,41	198,12	1,06
Receita Patrimonial	170.575,70	31.880,73	435,04	0,05
Receita Agropecuária	786.411,60	0,00	0,00	0,23
Receita de Serviços	1.837.526,60	462.829,78	297,02	0,54
Outras Receitas Derivadas e Originárias	842.329,95	725.219,90	16,15	0,25
Transferências Correntes Recebidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Intergovernamentais – dos Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes Recebidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ingressos das Operações	338.535.444,95	331.291.301,25	2,19	98,94
Ingressos Extraorçamentários	222.500,65	635.868,10	-65,01	0,07
Restituições a Pagar			0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	337.673.156,76	330.305.861,38	2,23	98,69
Arrecadação de Outra Unidade	639.787,54	349.571,77	83,02	0,19

Fonte: SIAFI.

As Transferências Financeiras Recebidas compreendem os recursos financeiros recebidos pela UFGD do Tesouro Nacional, e de outros órgãos da administração pública, para pagamento, das diversas despesas da instituição.

[Voltar ao Sumário](#)

NE 20 – Atividades Operacionais – Dispêndios

Entre os dispêndios de caixa mais relevantes se destacam os gastos com pessoal (Previdência, Saúde, Educação, entre outros) que somados correspondem a R\$ 258.723.593,64, o equivalente a 76,72% do total de dispêndios. Nesse grupo ganha destaque a Previdência Social, que sofreu um aumento, em relação ao mesmo período do ano anterior, na ordem de 8,39%, conforme demonstrado na Tabela 36.

Tabela 36 - Atividades Operacionais – Composição dos Principais Dispêndios

	R\$			
Atividades Operacionais – Dispêndios	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
DESEMBOLSOS	-337.248.461,42	-330.982.258,64	1,89	100,00
Pessoal e Demais Despesas	-258.723.593,64	-252.489.869,75	2,47	76,72
Administração	-1.200,16	-4.200,42	-71,43	0,00
Previdência Social	-19.163.951,22	-17.680.623,99	8,39	5,68
Saúde	-1.306,08	-232.150,46	-99,44	0,00
Educação	-239.057.136,18	-234.572.894,88	1,91	70,88
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00
Organização Agrária	-500.000,00	0,00	0,00	0,15
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas – Cartão				
Pagamento	0,00	0,00	0,00	0,00

Transferências Concedidas	-40.925.339,91	-41.022.761,71	-0,24	12,14
Intragovernamentais	-40.840.078,25	-40.927.515,22	-0,21	12,11
Outras Transferências Concedidas	-85.261,66	-95.246,49	-10,48	0,03
Outros Desembolsos das Operações	-37.599.527,87	-37.469.627,18	0,35	11,15
Dispêndios Extraorçamentários	-284.272,84	-676.380,05	-57,97	0,08
Pagto de Restituições de Exercícios Anteriores	0,00	-80,00	-100,00	0,00
Transferências Financeiras Concedidas	-37.315.255,03	-36.793.167,13	1,42	11,06

Fonte: SIAFI.

[Voltar ao Sumário](#)

NE 21 – Atividades de Investimento

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais dos órgãos.

As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienação de bens), reservas, bem como as transferências de capital recebidas para atender as despesas de capital.

As despesas de capital, por sua vez, correspondem aquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos.

Tabela 37 - Atividades de Investimento DFC

	R\$			
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
Atividades de Investimento	-4.970.176,41	-2.921.734,85	70,11	100
INGRESSOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ingressos de Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	-4.970.176,41	-2.921.734,85	70,11	100
Aquisição de Ativo Não Circulante	-4.848.568,51	-2.679.196,53	80,97	97,55
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00		
Outros Desembolsos de Investimentos	-121.607,90	-242.538,32	-49,86	2,45

Fonte: SIAFI.

No exercício de 2022 não houve ingressos provenientes de receitas de capital. Em contrapartida, entre os desembolsos se destaca a Aquisição de Ativo Não Circulante que correspondem principalmente a mobiliário e equipamentos, dentre outros bens permanentes adquiridos pela UFGD. Essas aquisições corresponderam a 97,55% dos desembolsos com investimento, conforme Tabela 37.

[Voltar ao Sumário](#)

NE 22 – Atividades de Financiamento

As atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

Em 2022 não houve movimentação de caixa nas atividades de financiamento da UFGD.

[Voltar ao Sumário](#)

Glossário

Este glossário objetiva auxiliar a interpretação dos termos técnicos utilizados neste documento. Contudo, não altera, nem sobrepõe as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Ações / Cotas em Tesouraria. Compreendem o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC). Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas, destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Ajustes de Avaliação Patrimonial. Compreendem as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela Lei nº 6.404/1976 ou em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), enquanto não computadas no resultado do exercício, em obediência ao regime de competência.

Ajustes de Exercícios Anteriores. Registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, integrando o subgrupo “Resultados Acumulados”.

Análise Horizontal (AH). Compreende a relação de cada conta da demonstração contábil com sua equivalente de exercícios anteriores. Mede, portanto, a evolução das contas ao longo de dois ou mais exercícios, permitindo projetar uma tendência futura.

Análise Vertical (AV). Compreende a importância relativa de cada conta com um valor-base dentro da demonstração contábil, permitindo inferir, por exemplo, se há itens fora das proporções usuais e qual a sua representação diante da totalidade de um grupo.

Ativo. Recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Ativo Circulante. Ativo que satisfaz a qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou se pretende que seja mantido com a finalidade de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; (b) o ativo está mantido essencialmente com a finalidade de ser negociado; (c) espera-se que o ativo seja realizado em até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou (d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante, pelo menos, doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Ativo Não Circulante. Ativo que não é classificado como ativo circulante, como, por exemplo, ativo imobilizado e ativo intangível.

Ativo Não Financeiro Mantido para Venda. Compreende o ativo não financeiro cuja recuperação esperada do seu valor contábil venha a ocorrer por meio de uma transação de venda em vez do uso contínuo, dentro de um prazo inferior a doze meses.

Ativo Realizável a Longo Prazo. Compreende bens, direitos, dívida ativa e despesas antecipadas realizáveis após doze meses da publicação das demonstrações contábeis.

Atos Potenciais Ativos. São valores não compreendidos no ativo e que, de forma imediata ou indireta, podem vir a afetar de maneira positiva o patrimônio público.

Atos Potenciais Passivos. São valores não compreendidos no passivo e que, de forma imediata ou indireta, podem vir a afetar de maneira negativa o patrimônio público.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais. Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas a aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), bem como as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais.

Bens de Uso Comum do Povo. Compreendem os bens que se destinam à utilização geral pela coletividade, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças.

Bens de Uso Especial. Compreendem os bens que se destinam à execução dos serviços administrativos e dos serviços públicos em geral, tais como hospitais, universidades e viaturas de polícia.

Bens Dominicais. Compreendem os bens que, apesar de constituírem o patrimônio público, não possuem uma destinação pública determinada ou um fim administrativo específico, tais como prédios públicos desocupados, terrenos de marinha e terras devolutas.

Caixa e Equivalentes de Caixa. Compreendem o caixa em espécie (dinheiro) e recursos alocados em conta-corrente ou em aplicações financeiras para os quais não haja restrição de uso imediato. São mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Contribuições. Compreendem toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, tais como contribuições sociais e econômicas. Estão incluídas as contribuições sociais do RPPS, contribuições de intervenção do domínio econômico, contribuição de iluminação pública e contribuições de interesse das categorias profissionais.

Créditos a Curto Prazo. Compreendem os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, transferências, empréstimos e financiamentos concedidos e outros valores realizáveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Créditos Adicionais. Autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Cotas em Tesouraria. Ver Ações / Cotas em Tesouraria.

Curto Prazo. Período de até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados. Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas aos custos das mercadorias vendidas, dos produtos vendidos e dos serviços prestados. O custo dos produtos vendidos ou dos serviços prestados deve ser computado no exercício correspondente às respectivas receitas de venda. A apuração do custo dos produtos vendidos está diretamente relacionada aos estoques, pois representa a baixa efetuada nas contas dos estoques por vendas realizadas no período.

Demais Obrigações. Compreendem as obrigações da entidade com terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Demais Reservas. Compreendem as demais reservas não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Despesas Orçamentárias. Fluxos que derivam da utilização de crédito consignado no orçamento da entidade, bem como em créditos adicionais, podendo ou não diminuir a situação líquida patrimonial.

Despesa Orçamentária Empenhada. Consiste no valor que o Estado reservou no orçamento para efetuar um pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Despesa Orçamentária Liquidada. Consiste no valor que o credor adquire como direito ao produzir um bem ou prestar um serviço, bem como quando do adimplemento de todas as condições necessárias à transferência de recursos pactuados em convênios e instrumentos congêneres.

Despesa Orçamentária Paga. Consiste no valor desembolsado no exercício de referência, em regra, após a regular liquidação.

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos. Compreendem a variação diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, redução a valor recuperável, provisões para perdas, perdas com alienação, perdas involuntárias. A incorporação de passivos compreende as incorporações de operações de crédito, provisões, restos a pagar, dentre outros. A desincorporação de ativos compreende o cancelamento de dívida ativa, encampação de dívidas passivas e baixa de bens, títulos e direitos.

Diferido. Compreende as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional.

Direitos Contratuais a Executar. Compreendem o controle sobre os contratos celebrados pela Administração Pública na figura de contratada, visando ao fornecimento de bens e serviços para terceiros.

Dívida Ativa. Abrange o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular, inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez.

Dividendos. Distribuições de lucros a detentores de instrumentos patrimoniais na proporção de suas participações em uma classe particular do capital.

Dotação Atualizada. Demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência e às atualizações monetárias efetuadas após a data da publicação da LOA, deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos.

Dotação Inicial. Demonstra os valores dos créditos iniciais conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Empréstimos e Financiamentos. Compreendem as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor.

Estoques. Compreendem estoques de diversos tipos, tais como material de consumo, matéria-prima, produtos em acabamento, produtos acabados e outros tipos de estoques.

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos. Compreendem as receitas auferidas com a exploração e a venda de bens, serviços e direitos que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso. Assim, estão incluídas as receitas patrimonial, agropecuária, industrial e de serviços.

Fluxos de Caixa. São as entradas e saídas de caixa e de equivalentes de caixa.

Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento. São aqueles que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento, não classificadas como atividades operacionais.

Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento. São aqueles referentes à aquisição e à venda de ativos não circulantes e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa.

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais. São aqueles referentes às principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades diferentes das de investimento e de financiamento.

Fornecedores e Contas a Pagar. Compreendem as obrigações com fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, além das obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Gleba. Porção de terra que não tenha sido submetida a loteamento ou desmembramento.

Imobilizado. Compreende os bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria. São espécies de receitas tributárias, as quais compreendem toda prestação pecuniária compulsória – em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir – que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Intangível. Compreende direitos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, tais como software, marcas, direitos e patentes industriais.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo. Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Investimentos Permanentes. Compreendem as participações societárias diversas, bem como bens e direitos não classificáveis no ativo circulante, nem no ativo realizável a longo prazo, e que não se destinem à manutenção das atividades normais da entidade.

Juros. Encargos decorrentes do uso por terceiros de caixa ou equivalentes de caixa ou de valores devidos à entidade.

Longo Prazo. Período após doze meses da data das demonstrações contábeis.

Obrigações Contratuais a Executar. Compreendem o controle sobre os contratos celebrados pela Administração Pública na figura de contratante, visando à obtenção de bens e serviços com terceiros.

Obrigações de Repartições a Outros Entes. Compreende os valores arrecadados pela União referente a impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e Municípios.

Obrigações Fiscais. Compreendem as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar. Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor

tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, bem como benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas. Compreendem o somatório das variações patrimoniais aumentativas não incluídas em grupos específicos, tais como: outras receitas correntes; ingressos extraorçamentários; variações patrimoniais a classificar; e reversão de provisões e de ajustes para perdas.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas. Compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas em grupos específicos, tais como: premiações; incentivos; equalizações de preços e taxas; participações; e contribuições.

Pagamentos Extraorçamentários. São aqueles que não constam na lei orçamentária anual (LOA), compreendendo determinadas saídas de numerários decorrentes de depósitos, pagamentos de restos a pagar, resgate de operações de crédito por antecipação de receita e recursos transitórios.

Passivo. Obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Passivo Circulante. Passivo que satisfaz a qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que o passivo seja exigido durante o ciclo operacional normal da entidade; (b) o passivo está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (c) o passivo deve ser exigido no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou (d) a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante, pelo menos, doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Passivo Não Circulante. Representa todas as obrigações que podem ser consideradas a longo prazo, ou seja, são aqueles cujos vencimentos estão dentro de um período superior a 12 meses.

Passivos Contingentes. Representam obrigações possíveis, resultantes de eventos passados, cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos. Além disso, são passivos contingentes as obrigações presentes cuja saída de recursos é improvável ou cujo valor não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. Quando a saída de recursos se torna provável, o passivo contingente é convertido em provisão, que deverá ser reconhecido no Balanço Patrimonial.

Patrimônio Social e Capital Social. Subgrupo do “Patrimônio Líquido” formado, fundamentalmente, pelo patrimônio social das autarquias, fundações, fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Pessoal e Encargos Sociais. Compreendem a remuneração do pessoal ativo, civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias, fixas ou variáveis, estabelecidas em lei, decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreendem, ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador,

incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes as mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

Previsão Atualizada. Demonstra os valores da previsão atualizada das receitas, que refletem a reestimativa da receita decorrente de, por exemplo: (a) registro de excesso de arrecadação ou contratação de operações de crédito, podendo ser utilizadas para abertura de créditos adicionais; (b) criação de novas naturezas de receita não previstas na LOA; (c) remanejamento entre naturezas de receita; ou (d) atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas após a data da publicação da LOA.

Previsão Inicial. Demonstra os valores da previsão inicial das receitas conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Provisões. Compreendem os passivos de prazo ou de valor incerto.

Propriedades para investimento. Compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo.

Recebimentos Extraorçamentários. Compreendem os ingressos de recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário; e a inscrição de restos a pagar. Sua devolução não se sujeita a autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Receitas Orçamentárias. Disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Estado em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. Essas receitas pertencem ao Estado, transitam pelo patrimônio do Poder Público, aumentam-lhe o saldo financeiro, e, geralmente, por força do Princípio Orçamentário da Universalidade, estão previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Receitas Orçamentárias Realizadas. Correspondem às receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou por meio de outras instituições como, por exemplo, a rede bancária, na forma do art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Reestruturação Organizacional. Compreende um programa planejado e controlado pela administração da entidade e, que, materialmente, altera: (a) o alcance das atividades da entidade; ou (b) a maneira com que essas atividades são conduzidas.

Requisições de Pequeno Valor. São obrigações oriundas de decisões judiciais transitadas e julgadas, porém, definidas em lei como de pequenos valores e que não se submetem ao mesmo regime de execução dos precatórios. Os créditos de requisições de pequenos valores, assim que transitado e julgado da decisão e definida a quantia certa, deverão ser pagos dentro de um prazo de sessenta dias, conforme dispõe o §3º do art. 100 da Constituição Federal. Já os pagamentos dessas

obrigações que ultrapassam o limite para ser considerado “de pequeno valor” (que são os precatórios) são pagos na ordem cronológica de apresentação dos mesmos, podendo, inclusive, ultrapassar o ano em que foram reconhecidos como obrigação.

Reservas de Capital. Compreendem os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como VPA, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da entidade em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços.

Reservas de Lucros. Compreendem as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Restos a Pagar. Compreendem as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício anterior.

Restos a Pagar Não Processados. Compreendem as despesas empenhadas, mas não liquidadas (e conseqüentemente não pagas) até 31 de dezembro do exercício anterior.

Restos a Pagar Processados. Compreendem as despesas empenhadas e liquidadas, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício anterior.

Resultado Diferido. Compreende o saldo existente na antiga conta “Resultado de Exercícios Futuros”, em 31 de dezembro de 2008, composto de VPA diferida e o respectivo custo diferido.

Resultado Financeiro. Representa o confronto entre os ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

Resultado Orçamentário. Representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas.

Resultado Patrimonial. Representa o resultado patrimonial decorrente da diferença, positiva ou negativa, entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

Resultados Acumulados. Subgrupo do “Patrimônio Líquido”, formado, fundamentalmente, pelo saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os “superavit” ou “deficit” acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. As diferenças entre ativos e passivos dos balanços consolidados foram compensadas nesse grupo.

Transferências e Delegações Concedidas. Compreendem o somatório das variações diminutivas com transferências intergovernamentais e intragovernamentais a instituições multigovernamentais, a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, a convênios e ao exterior.

Transferências e Delegações Recebidas. Compreendem o somatório das receitas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências das instituições multigovernamentais, transferências das instituições privadas com ou sem fins

lucrativos, transferências de convênios, transferências do exterior, delegações recebidas e transferências de pessoas físicas.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo. Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto aquelas com pessoal e encargos, tais como: diárias, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, arrendamento mercantil operacional, aluguel, depreciação, amortização e exaustão.

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporações de Passivos. Compreendem a variação patrimonial aumentativa relativa à reavaliação de ativos, ao ganho com alienação de ativos, ou seja, quando o valor alienado do ativo é maior que o seu valor contábil, de maneira que a diferença compreende o ganho. Compreendem também a contrapartida da incorporação de novos ativos descobertos e a contrapartida da desincorporação de passivos, inclusive as baixas de passivo decorrentes do cancelamento de restos a pagar.

Variações Patrimoniais Aumentativas. Corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras. Estão incluídos os descontos financeiros obtidos, os juros auferidos, os prêmios de resgate de títulos e debêntures, as variações monetárias e cambiais positivas, a remuneração dos depósitos bancários e aplicações financeiras, e demais operações financeiras que afetam positivamente o patrimônio.

Variações Patrimoniais Diminutivas. Corresponde a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras. Estão incluídos os juros incorridos, descontos concedidos, comissões, tarifas bancárias e variações cambiais.

Variações Patrimoniais Diminutivas Tributárias. Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas a impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais, contribuições econômicas e contribuições especiais.

VPD Pagas Antecipadamente. Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão até o término do exercício seguinte ou, até mesmo, depois desse prazo.

[Voltar ao Sumário](#)